



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

MARCIA MICHELLE ALVES SOUZA

POR UMA PROPOSTA DE ENSINO DE SOCIOLOGIA: A PESQUISA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA MEDIAÇÃO DE APRENDIZAGENS NA EEEFM ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

**CAMPINA GRANDE - PB
2024**

MARCIA MICHELLE ALVES SOUZA

POR UMA PROPOSTA DE ENSINO DE SOCIOLOGIA: A PESQUISA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA MEDIAÇÃO DE APRENDIZAGENS NA EEEFM ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

Monografia apresentada a Coordenação do Curso de Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Sociologia.

Área de concentração: Ensino de Sociologia

Orientadora: Prof.^a. Dra. Iolanda Barbosa da Silva

**CAMPINA GRANDE - PB
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729 Souza, Marcia Michelle Alves.

Por uma proposta de ensino de sociologia [manuscrito] : a pesquisa como instrumento pedagógico na mediação de aprendizagens na EEEFM Ademar Veloso da Silveira / Marcia Michelle Alves Souza. - 2024.

65 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Iolanda Barbosa da Silva, COORDENAÇÃO DO CURSO DE SOCIOLOGIA - CEDUC."

1. Ensino de sociologia. 2. Educação básica. 3. Estágio supervisionado. 4. Prática docente. I. Título

21. ed. CDD 301

Elaborada por Talita R. Bezerra - CRB - 15/970

Biblioteca
José
Rafael de
Menezes

MARCIA MICHELLE ALVES SOUZA

POR UMA PROPOSTA DE ENSINO DE SOCIOLOGIA: A PESQUISA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA MEDIAÇÃO DE APRENDIZAGENS NA EEEFM ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Sociologia.

Área de concentração: Ensino de Sociologia

Aprovada em: 17/06/2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dra. Iolanda Barbosa da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a. Me. Silvânia Karla de Farias Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a. Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha família, por todo apoio, dedicação
e companheirismo, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer à Deus por sempre me guiar com sabedoria e paciência nessa trajetória, me dando discernimento e ensinando que é sempre tempo de recomeçar e aprender algo novo. Obrigada por esta oportunidade.

Agradeço ao meu pai e minha mãe por sempre estarem me apoiando e celebrando minhas conquistas, sem eles com certeza a tarefa teria sido muito mais árdua. Vocês desempenharam um papel significativo no meu crescimento, e devem ser recompensados com minha eterna gratidão.

Agradeço à minha família, que com seu apoio e incentivo me fizeram chegar à conclusão do meu curso e começo de uma nova carreira. Meus sinceros agradecimentos por toda força, amor e assistência inabalável, que sempre manifestaram com palavras de encorajamento e força. Vocês são parte essencial na minha jornada durante este tempo de minha vida.

À professora Dr.^a Iolanda Barbosa da Silva, pelos conselhos úteis e palavras motivadoras. Também pela perícia nas sugestões de leitura ao longo dessa orientação, pela dedicação e empenho no meu desenvolvimento intelectual.

Também agradeço a todos os professores que acreditaram em mim e contribuíram com o meu aprendizado durante todo o tempo do curso. Obrigada por compartilhar seus saberes e conhecimentos.

Aos meus colegas de faculdade, por todas as aventuras que garantiram que minha vida acadêmica fosse repleta de memórias inesquecíveis, e por serem os co-autores das “pausas necessárias” e dos momentos de descontração que me mantiveram sã durante este percurso. As risadas e vivências que compartilhamos durante esse período da faculdade, também me ajudaram a seguir em frente. Obrigada por tudo. Este TCC também é de vocês.

Enfim, a cada pessoa que contribuiu e celebrou minhas vitórias como se fossem suas, meu sincero agradecimento por fazerem parte desta conquista, enriquecendo-a com seu amor e respeito.

Obrigada!

“Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada “cidadão” possa se tornar “governante.”

(Antonio Gramsci, 2001, p.50)

RESUMO

A presente monografia é uma pesquisa de campo que resulta das vivências durante o Estágio Supervisionado III em Sociologia da UEPB-Universidade Estadual da Paraíba, realizado em 2023.02, com o propósito de compreender a dinâmica escolar e acompanhamento da prática da docência na EEEFM Ademar Veloso da Silveira. A escola funciona na modalidade de ensino regular e está localizada na Rua João Virgolino de Araújo, 1043, em Bodocongó, na cidade de Campina Grande-PB. Foi realizada uma pesquisa de campo com observação participante, com registro em diário de campo. A pesquisa busca contribuir para a compreensão do Ensino de Sociologia e a prática de cidadania no ambiente escolar, tendo como objetivo geral: compreender e analisar os processos de ensino e aprendizagem para a formação das juventudes a partir do Ensino de Sociologia numa escola regular, suas práticas, desafios e estratégias para a emancipação de jovens cidadãos a partir das experiências vivenciadas na escola. Durante a pesquisa foi possível atuar na construção de um Projeto de Intervenção Pedagógica sobre: Direitos Humanos e Cidadania: origem, construção e participação social; partindo de uma sequência didática formada por (oito) 8 encontros; o objetivo da intervenção foi promover a autonomia crítica, a partir dos contextos de cidadania ao logo da história, desde a sua origem até à contemporaneidade, articulados com o processo de criação dos Direitos Humanos e a realidade dos estudantes; outro aspecto da intervenção foi a análise da prática pedagógica no Estágio Supervisionado na formação das juventudes e os resultados do Novo Ensino Médio. Durante a intervenção foi possível inserir a pesquisa como metodologia de ensino, alinhando teoria e prática no processo de aprendizagem, com desenvolvimento de projeto de intervenção, elaboração de produtos pedagógicos e culturais juntamente com a prática da cidadania dentro e fora do ambiente escolar. Além disso, nos permitiu compreender os limites e possibilidades de atuação, a partir da realidade do campo, e do processo de vinculação das diretrizes educacionais fornecidas pela Secretaria Estadual de Educação-SEE, que por sua vez responde aos mecanismos legais de educação.

Palavras-Chave: ensino de sociologia; educação básica; estágio supervisionado; prática docente.

ABSTRACT

This monograph is a field research that results from experiences during the Supervised Internship III in Sociology at UEPB-Universidade Estadual da Paraíba, carried out in 2023.02, with the purpose of understanding school dynamics and monitoring the teaching practice at EEEFM Ademar Veloso da Silveira. The school operates as a regular education model and is located at Rua João Virgolino de Araújo, 1043, in Bodocongó, in the city of Campina Grande-PB. Field research was carried out with participant observation, recorded in a field diary. The research seeks to contribute to the understanding of Sociology Teaching and the practice of citizenship in the school environment, with the general objective: understanding and analyzing the teaching and learning processes for the training of young people through on Sociology Teaching in a regular school, its practices, challenges and strategies for the emancipation of young citizens based on experiences at school. During the research it was possible to work on the construction of a Pedagogical Intervention Project on: Human Rights and Citizenship: origin, construction and social participation; starting from a didactic sequence formed by 8 meetings; the objective of the intervention was to promote critical autonomy, based on the contexts of citizenship throughout history, from its origin to contemporaneity, articulated with the process of creating Human Rights and the reality of students; another aspect of the intervention was the analysis of pedagogical practice in the Supervised Internship in the formation of young people and the results of the New High School. During the intervention it was possible to insert research as a teaching methodology, aligning theory and practice in the learning process, with the development of an intervention project, elaboration of pedagogical and cultural products together with the practice of citizenship inside and outside the environment school. Furthermore, it allowed us to understand the limits and possibilities of action, based on the reality of the field, and the process of linking the educational guidelines provided by the State Department of Education-SEE, which in turn responds to legal education mechanisms.

Keywords: sociology teaching; basic education; supervised internship; teaching practice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Fachada da EEEFM Ademar Veloso da Silveira	33
Figura 2	Estrutura Interna da EEEFM Ademar Veloso da Silveira	34
Figura 3	Quantidade de Matrículas em 2023	35
Figura 4	Mapa do Bairro de Bodocongó e adjacências	36
Figura 5	Resultados do Questionário SAEB – 2019	38
Figura 6	Resultados do IDEB - 2019	39
Figura 7	Resultados do ENEM - 2019	39
Figura 8	Algumas Indústrias que surgiram na década de 40 em Bodocongó	40
Figura 9	Residencial D. Lindu e Parque de Bodocongó	40
Figura 10	Intervenção Pedagógica em Sociologia (Ano-2023)	50
Figura 11	Mostra pedagógica do IX ENID-Encontro de Iniciação à Docência & VII Encontro de Formação de Professores (Ano-2023)	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EDH	Educação em Direitos Humanos
EEEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENID	Encontro de Iniciação à Docência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEM	Novo Ensino Médio
NTPPS	Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais
OCENEM	Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEE	Secretaria de Estado de Educação
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	POR UMA PERSPECTIVA CRÍTICA PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	18
3	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA ENQUANTO CAMPO DE PESQUISA.....	33
3.1	<i>A Fundação.....</i>	33
3.2	<i>A Estrutura.....</i>	34
3.3	<i>Perfil Socioeconômico e Cultural.....</i>	35
3.4	<i>O efeito do território e os desafios educacionais: uma questão de oportunidades.....</i>	40
3.5	<i>Proposta Pedagógica da Escola em conformidade com o PPP.....</i>	41
4	INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	43
4.1	Sequência didática que norteou a operacionalização do Estágio III	44
4.1.1	<i>Temática: Direitos Humanos e Cidadania: origem, construção e participação social.....</i>	45
4.1.1.1	<i>Objetivo Geral da Intervenção.....</i>	45
4.1.1.2	<i>Objetivos Específicos</i>	45
4.1.1.3	<i>Encontros Semanais</i>	46
4.1.1.4	<i>Resultados da Intervenção no ensino de Sociologia.....</i>	48
5	LIMITES E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE SOCIOLOGIA.....	53
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia é resultado de uma pesquisa de campo com observação participante, com registro em diário de campo, numa escola pública que funciona na modalidade regular. A ênfase da pesquisa pretende contribuir para a compreensão do ensino de Sociologia e o exercício da cidadania frente às vivências e desafios dos estudantes no espaço escolar. A pesquisa surgiu a partir da problematização sobre a docência no Componente Curricular Estágio Supervisionado III, do curso de Licenciatura em Sociologia da UEPB-Universidade Estadual da Paraíba. O universo da pesquisa nos permitiu escolher entre escolas em três modalidades de ensino: integral, integral técnico e ensino regular, na rede estadual da Paraíba. A escola utilizada como campo de pesquisa foi a EEEFM Ademar Veloso da Silveira, que atua na modalidade de ensino regular. A instituição pública está situada em região periférica, com dificuldades em relação à sua infraestrutura física, bem como com matrículas de estudantes em sua maioria em situação de vulnerabilidade.

A pesquisa apresentou especificidades sobre o território e sua relação com o ensino de Sociologia numa escola regular, bem como permitiu uma compreensão das relações que envolvem o ambiente escolar, sua estrutura, suas práticas e significados, assim como as rupturas e intervenções que condicionam os sujeitos, e que constroem a sociedade que conhecemos. Sendo assim, podemos entender a perspectiva desse organismo vivo que é a escola vinculando o contexto territorial que a compõe, ou seja, como o efeito do território interfere sobre a comunidade escolar, considerando os sujeitos que a compõem, as desigualdades sociais e a própria dinâmica que constitui a EEEFM Ademar Veloso da Silveira.

Sendo assim, nos permitiu compreender quais as possibilidades de atuação da sociologia na mediação desses contextos em sala de aula, tendo como foco a identificação da realidade social dos atores que a conduzem, a intervenção metodológica, além da atuação e abordagem dos professores através de projetos de intervenção e assistência do estado. Nesse sentido contribuiu para a identificação de limitações e possibilidades no que se refere à mediação de uma educação de qualidade frente a realidade social do território.

Nesse sentido, a observação participante constitui um importante instrumento no estudo do cotidiano, do ordinário, e do transitório, ou seja, do comum e que se move tanto de forma individual quanto em grupos, trazendo à tona a percepção das

“construções múltiplas e efêmeras da vida de todos os dias, ou seja a exuberância da vida cotidiana.” (Deslairies; Kérisit, 2014, p.131). Além disso, entender o universo das interpretações atribuídas pelos jovens a partir de suas vivências no ambiente escolar. É preciso considerar a subjetividade dos indivíduos em seu campo de reflexão e atuação, a saber a escola, entendendo que “de fato, a fenomenologia e a observação participante colocam em primeiro plano a dimensão subjetiva do indivíduo na sociedade, observando-o em sua “concretude” [...] (Jaccoud; Mayer, 2014, p.260), portanto:

De modo geral, a observação dos fenômenos, qualquer que seja a sua natureza, constitui o núcleo de todo procedimento científico. Os fundadores das ciências sociais e, mais precisamente, os fundadores da sociologia, fizeram da observação o critério fundamental do conhecimento, com os fatos sociais tornando-se, nos primórdios do desenvolvimento dos métodos nas ciências sociais, os “sujeitos de observação” (Jaccoud; Mayer, 2014, p. 254).

No que se refere à escolha do Campo de Pesquisa, se insere na perspectiva de compreender e analisar desafios e realidades nos processos de ensino e aprendizagem na modalidade regular, sobre a formação das juventudes e os resultados do Novo Ensino Médio, sob a perspectiva do ensino de Sociologia.

A promoção de uma educação na modalidade regular, regida por diretrizes curriculares operacionais¹ para uma educação cidadã, oferecida pela Secretaria de Estado de Educação-SEE da Paraíba, cujo conceito está relacionado à preparação dos estudantes como sujeitos da própria ação, ou seja, o “protagonismo juvenil” como princípio da ação educativa, atuando na escola através da gestão participativa. No que se refere à gestão, cabe a mobilização, motivação, movimentação e monitoramento dos estudantes e da comunidade escolar como fonte de referência das ações que propiciam uma educação cidadã; da mesma forma os professores e toda a comunidade escolar devem atuar nesse sentido. Desta forma, faz parte desse processo, o desenvolvimento da autonomia dos estudantes através de atividades de acolhimento; a participação em Olimpíadas de Conhecimento; a organização de Clubes de protagonismo; Projeto de Vida e Tutoria; além da melhoria dos resultados da escola em relação ao ENEM e IDEB.

¹ PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação-SEE. Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba. Ano-2023. Disponível em: [DiretrizesOPEscolas.pdf \(pa-raiba.pb.gov.br\)](https://www.pa-raiba.pb.gov.br/diretrizes-ope-scolas.pdf) .

Estas ações articuladas às vivências no ambiente educacional regular, torna-se um desafio, pois a comunidade no entorno da escola reflete um contexto de desigualdades sociais, além de um tempo de escolaridade mínimo das famílias dos estudantes. Dessa forma, questionamos como proporcionar uma educação de qualidade diante desta perspectiva de vulnerabilidade.

O objeto de pesquisa é sobre o ensino de sociologia, suas práticas, desafios e estratégias para a formação de jovens cidadãos a partir das experiências vivenciadas na escola, utilizando a pesquisa como instrumento pedagógico para a mediação de conteúdos frente aos desafios educacionais num contexto de vulnerabilidade social. Uma vez que “um problema de pesquisa se concebe como uma separação consciente, quer se quer superar, entre o que nós sabemos, julgando insatisfatório, e o que nós desejamos saber, julgado necessário” (Chevrier, 1993, apud Deslauries; Kérisit, 2014, p.132). Diante do exposto é preciso identificar os desafios e problemas vivenciados pelos sujeitos na construção dos conhecimentos, na perspectiva de construir uma educação cidadã na prática.

A partir do ensino de sociologia, e com base numa intervenção realizada com o tema: Direitos Humanos e Cidadania: origem, construção e participação social, na qual foi utilizada a pesquisa sociológica como metodologia de ensino, foi possível compreender a prática da cidadania dentro e fora da escola, seus desafios, limites e possibilidades que nos permitem refletir não somente sobre a prática pedagógica, mas também sobre a prática da cidadania a partir das experiências vivenciadas pelos jovens no ambiente escolar.

Sociologicamente, concebemos as juventudes como sujeitos sociais e históricos, de maneira que:

Tomar os jovens como sujeitos não se reduz a uma opção teórica. Diz respeito a uma postura metodológica e ética, não apenas durante o processo de pesquisa, mas também em meu cotidiano como educador. A experiência da pesquisa mostrou-me que ver e lidar com o jovem como sujeito, capaz de refletir, de ter suas próprias posições e ações, é uma aprendizagem que exige um esforço de auto-reflexão, distanciamento e autocrítica (Dayrell, 2003, p. 44).

Sendo assim, a pesquisa como metodologia de ensino, alinhada às vivências experienciadas na escola ou a partir dela, como forma de apropriação dos saberes para o desenvolvimento da cidadania, reflete na autonomia crítica dos estudantes. Na perspectiva de que a educação tradicional e bancária pode funcionar como processo

de reprodução das desigualdades no espaço escolar (Bourdieu, 1992), por isso se faz necessário promover a construção dos conhecimentos por parte dos estudantes, na mediação de saberes e vivências que reforcem sua autonomia.

A escola constitui um campo de práticas para uma educação cidadã no cotidiano escolar, conforme Saviani (2011) definindo-a como um espaço democrático para a promoção do acesso aos conhecimentos previamente produzidos e sistematizados, como processo singular para a construção coletiva da história da sociedade. Sendo assim, esse conjunto de práticas pode interferir no cotidiano escolar, na atuação do Professor de Sociologia e no processo de formação dos estudantes, contribuindo ou não para o desenvolvimento de uma educação transformadora, em contraste com a educação tradicional.

Desta forma, a pesquisa como ferramenta de ensino permite incorporar elementos teóricos discutidos em sala de aula, às demandas coletivas, de maneira que os estudantes possam além de refletirem, também atuarem no processo de transformação e construção da cidadania a partir do contexto escolar.

A perspectiva é que o Ensino da Sociologia com uso das pesquisas sociológicas em sala de aula provoque “o aparecimento de uma segunda natureza” (Saviani, 1996; Oliveira; Silva, 2016). A necessidade desta segunda natureza reflete que há uma distinção entre o ensino e a pesquisa sociológica; tendo a pesquisa como instrumento para promoção do saber e o ensino como prática de promoção do estudante. Nesse caso o professor Sociólogo seria aquele que possui as duas perspectivas, a do Ensino de Sociologia e a pesquisa sociológica, o que representa a verdadeira natureza da educação, uma vez que:

[...] Florestan está apontando para a essência da educação, isto é, um processo que visa à transformação interna dos sujeitos pela incorporação de elementos que não são dados naturalmente e nem adquiridos espontaneamente mas que, uma vez incorporados pela mediação da ação educativa, passam a operar como se fossem naturais (Saviani, 1996, p. 73).

Nesse sentido, demanda uma reflexão sobre a prática de cidadania dentro da escola, sua política e aspectos contraditórios de um Estado capitalista, que pode apresentar diversos conceitos sobre o que é cidadania (Manzini-Covre, 1991). Portanto espera-se uma articulação política mais cooperativa e participativa da instituição escolar, bem como dos professores no que tange aos direitos dos estudantes numa educação cidadã em uma escola regular.

É preciso levar em conta o campo de forças e lutas (Bourdieu, 1992) que constitui o espaço escolar da escola investigada, no contexto do Novo Ensino Médio, na modalidade de ensino regular, localizada no bairro de Bodocongó, cujo entorno reflete condições de vulnerabilidade social, percebendo questões como: as condições sociais do entorno, conflitos, pressões e inseguranças, rotina da escola e infraestrutura, e como isso interfere no processo de formação dos estudantes.

Acrescenta-se à discussão sobre o lugar da sociologia na educação básica, uma vez que seu contexto é marcado por intermitências, considerando seu recente retorno ao currículo como disciplina obrigatória no ensino médio somente em 2008. Embora não tenha sido a primeira vez que teve esse *status* no currículo, sua volta ao ensino médio ocorreu desde 1980, porém de forma progressiva. (Bodart; Rogério, 2020). No entanto, na perspectiva no Novo Ensino Médio atual encontra-se limitada pela redução do tempo em sala de aula, interferindo na consolidação da disciplina; além disso, considerando também a “fragmentação institucional”, (Oliveira; Silva, 2016) uma vez que os temas sociológicos englobam principalmente temas periféricos, a exemplo das condições de vida e infraestrutura do bairro e adjacências, das dificuldades no acesso à educação e formação dos sujeitos e principalmente o exercício da cidadania. Portanto isso impacta sobre o ensino e na orientação dos processos educacionais da EEEFM Ademar Veloso da Silveira.

Sendo assim, na perspectiva de contribuir para a compreensão do Ensino de Sociologia e a prática de cidadania no ambiente escolar, a partir dos objetivos definidos a seguir.

- **Objetivo geral:** compreender e analisar os processos de ensino e aprendizagem no Ensino de Sociologia na escola EEEFM Ademar Veloso da Silveira, suas práticas, desafios e estratégias para a emancipação de jovens cidadãos, considerando as experiências vivenciadas na escola, a partir da intervenção realizada.
- **Objetivos específicos:**
 - a) identificar os desafios e problemas vivenciados pelos sujeitos na construção dos conhecimentos, na perspectiva de construir uma educação cidadã na prática;

- b) compreender a importância da pesquisa como metodologia de ensino, alinhada às vivências experienciadas na escola ou a partir dela, como forma de apropriação dos saberes e desenvolvimento de habilidades, e como esse processo se expressa na autonomia crítica dos estudantes;
- c) refletir sobre o protagonismo da Sociologia e a prática de cidadania dentro da escola, sua política e aspectos contraditórios de um Estado capitalista.

A metodologia utilizada foi a partir de uma pesquisa de campo com observação participante, e registro em diário de campo, na escola EEEFM Ademar Veloso da Silveira, em Campina Grande, PB. Se deu a partir da construção de um projeto de intervenção pedagógica: Direitos Humanos e Cidadania: origem, construção e participação, partindo de uma sequência didática constituída por (oito) 8 encontros, cujo objetivo era promover a autonomia crítica dos estudantes, a partir dos contextos de cidadania desde a sua origem até os dias de hoje, articulados com o processo que deu origem ao debate sobre o Direitos Humanos e a realidade vivenciada pelos estudantes. Este estudo parte da perspectiva da utilização da pesquisa como metodologia de ensino em sociologia junto as práticas curriculares na escola. tomando como embasamento teórico a análise da obra de Pedro Demo (2006² e 2007³).

Os resultados alcançados evidenciaram limitações e possibilidades na atuação e organização de metodologias que possam subsidiar uma educação cidadã de qualidade pautada num projeto de construção da autonomia de juventudes cidadãs, que dê subsídios para uma emancipação crítica e libertadora, que evidencie “possibilidades de efetivação da educação como prática e caminho para a liberdade na escola contemporânea” (Teixeira, 2022, p. 1). Portanto, essa realidade impõe que o desenvolvimento dos conteúdos de Sociologia se dê a partir do contexto social do homem e sua capacidade criativa (Barroco; Tuleski, 2007). Apesar das implicações, é possível construir estratégias de pesquisa em sociologia que provoquem a emancipação dos jovens no Ensino Médio, a partir do protagonismo da Sociologia. Dessa forma,

² DEMO, P. Pesquisa: Princípio científico e educativo. 12º ed.; São Paulo: Cortez, 2006.

³ DEMO, P. Educar pela pesquisa. 8º ed.; Autores associados, Campinas-SP, 2007.

apresentamos as impressões e contribuições sobre a mediação de aprendizagens no Ensino de Sociologia numa escola que enfrenta diversos problemas de infraestrutura e recursos e cuja identidade reflete o cotidiano da comunidade que a compõe.

2 POR UMA PERSPECTIVA CRÍTICA PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Nessa perspectiva de educação regular, com base no Novo Ensino Médio, é preciso trazer à tona alguns aspectos da pedagogia histórico crítica inicialmente a partir do materialismo histórico-dialético marxista, considerando que as desigualdades sociais são o resultado da luta de classes, sendo um problema estrutural do sistema capitalista. Sendo assim, a teoria clássica abre margem para um entendimento das relações de classe em outros campos, a exemplo da instituição escolar, no sentido de promover a transformação social.

A Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani se ampara no materialismo histórico e dialético de orientação marxista, de modo que se trata não somente de um “como fazer” pedagógico, mas sim, de uma proposta revolucionária de transformação social, via trabalho educativo, que tem como pretensão a construção de outra sociedade (Ribeiro; Zanardi, 2018, p. 17).

Numa perspectiva marxista, Ferreira Júnior e Bittar (2008) apontam para o rompimento de uma educação somente para o trabalho, e partindo para os princípios humanistas para a condição de existência e organização humana, não subjugado pelas condições do capital, com capacidade para criticar o sistema no qual está inserido, alinhando a teoria à prática.

Para isso, é preciso identificar a partir de uma compreensão histórico-dialética qual é a natureza desse ser humano que queremos formar e como se constitui suas relações.

A afirmação de que a “natureza humana” é o “conjunto das relações sociais” é a resposta mais satisfatória porque inclui a idéia do devir: o homem “devém”, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também, porque nega o “homem em geral”: [...] as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal (Gramsci, 1999, p. 245 *apud* Martins, 2021, p.7).

Sendo assim, esse processo dialético das relações sociais produz o homem social, e ao mesmo tempo ele também é resultado de suas próprias ações:

[...] ao colocarmos a pergunta “o que é o homem”, queremos dizer: o que é que o homem pode se tornar, isto é, se o homem pode controlar seu próprio destino, se ele pode “se fazer”, se pode criar sua própria vida. [...] o homem

é um processo, precisamente o processo de seus atos (Gramsci, *op. cit.*, p. 412 *apud* Martins, 2021, p. 8).

Gramsci acreditava que o ser humano como um ser de relações, é capaz de transformar a si mesmo e a sociedade a partir da sua relação com o meio.

[...] deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. [...]. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos [...] o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: estas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes [...] Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, modifica-se, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o centro estruturante (Gramsci, *op. cit.* p. 413 *apud* Martins, 2021, p. 7).

Nesse sentido, a sociedade que vivemos hoje é o resultado herdado a partir das transformações humanas produzidas e reproduzidas historicamente através das relações sociais. Sobre Gramsci, Martins (2021, p. 7) explica que: “Todavia, o indivíduo não nasce e age em um mundo completamente criado por ele, pois herda a realidade produzida por outros, que lhe apresenta limites e possibilidades”. Sendo assim o indivíduo está em constante conflito com os desafios herdados das gerações anteriores, considerando que “[...] toda geração educa a nova geração, isto é, forma-a; e a educação é a luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e de criar o homem <atual> à sua época” (Gramsci, 2000^a, p. 62 *apud* Martins, 2021, p. 8). Portanto, a educação representa o processo ideal para formação humana, e conseqüentemente a formação de uma nova cultura, mais crítica e consciente de seu papel social. Logo, a escola constitui o espaço orgânico inerente a esse objetivo.

Gramsci propõe a escola unitária, ou seja um ensino integral, propedêutico e humanístico, num formato mais geral e democrático, sem uma perspectiva profissionalizante, porém uma educação mais política, uma vez que interfere no processo de formação das sociedades. Para Gramsci a educação seria o processo pelo qual todas as potencialidades do homem seriam desenvolvidas da melhor forma possível sem que ele perdesse sua subjetividade, ou seja, uma composição do:

[...] engenheiro americano, o filósofo alemão, o político francês, recriando [...] o homem italiano do Renascimento, o tipo moderno de Leonardo da Vinci transformado em homem-massa ou homem coletivo, ainda que mantendo sua forte personalidade [...] individual (Gramsci, 2005, p. 225 *apud* Martins, 2021, p. 12).

Sendo assim, entendemos a natureza da educação como um processo de formação humana, ou seja, que molda e é moldada pelo homem, tal como o conhecemos, qual seja, aquele que produz e transforma as sociedades.

Se a existência humana não é garantida pela natureza [...] mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem [...] necessita aprender a ser homem [...] a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (Saviani, 2007, p. 154 *apud* Martins, 2021, p. 9).

Trata-se de pensar a educação das juventudes como um processo dialético com a sociedade, numa construção sócio-histórica, ou seja, a formação de “sujeitos da ação política”, portanto a escola pode contribuir positivamente ou negativamente para uma formação crítica, considerando que:

Ao mesmo tempo, pode-se observar que ao pensar a juventude pela modernidade, permite apreender o conceito por um desenvolvimento dialético entre a institucionalização das juventudes e a possibilidade de sua autonomia, ainda quando é reprimida, contida ou absorvida pela estrutura social (Santos, 2021, p. 2).

À vista disso, é preciso entender a educação como um processo de desenvolvimento cultural voltado para a autonomia dos estudantes, e que não fosse somente uma formação geral vinculada ao trabalho, “nesse sentido, trata-se de uma escola de tipo “desinteressado” como propugnava Gramsci” (Saviani, 2007, p. 161). Trata-se de uma escola ativa, onde “o coroamento dessa escola ativa era a escola criativa, entendida como o momento em que os educandos atingiam a autonomia” (*id.*, 2007, 161).

Segundo Saviani (2011), cabe inserir a pedagogia histórico-crítica, onde a escola é definida como espaço democrático para a promoção do acesso aos conhecimentos previamente produzidos e sistematizados, como processo singular para a construção coletiva da história da sociedade. Logo, a educação é um fenômeno humano, ou seja, é produzida por ele, mediante os conteúdos, ferramentas e recursos que lhes são disponibilizados, implicando na sua subsistência material e

intelectual. Portanto, é preciso um planejamento prévio sobre a articulação de ideias, conceitos, valores, símbolos, atitudes, habilidades etc., que vão ser mediados em sala de aula, além dos elementos culturais, que repercutem na construção da chamada “segunda natureza”.

Além disso, a orientação sobre as variáveis que incidem nos resultados da prática social global. Saviani (2011) também menciona a necessidade do desenvolvimento e de uma compreensão mais ampla da competência técnica, “não tecnicista” por parte dos professores, possibilitando assim uma atuação mais efetiva tanto em sala de aula quanto nos processos políticos.

[...] “competência técnica” tem um sentido claramente não tecnicista, já que não diz respeito ao domínio de certas regras externas simplificadas e aplicáveis mecanicamente a tarefas fragmentadas e rotineiras. Ao contrário, compreende o domínio teórico e prático dos princípios e conhecimentos que regem a instituição escolar. Referi-me à instituição escolar porque se trata de uma delimitação importante (Saviani, 2011, p.26).

O autor defende uma articulação entre o saber técnico e a atuação política, considerando o ambiente escolar e seus processos contraditórios, necessárias para uma atuação mais eficiente.

A escola está impregnada de ponta a ponta pelo aspecto político. Ela configura-se como um dos espaços em que os interesses contraditórios próprios da sociedade capitalista entram em “disputa pela apropriação do conhecimento” (Saviani, *op. cit.*, p.27).

Sendo assim, é preciso considerar a realidade da Sociologia enquanto disciplina escolar e, também objeto de estudo, uma vez que, segundo Bodart (2017) sua trajetória possui um caráter intermitente no currículo escolar. Apesar da Lei 11.864 de 2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ter instituído a Sociologia como disciplina obrigatória na grade curricular do ensino médio, ainda temos que lidar com o pouco tempo de aula para a mediação dos conteúdos. Isso reflete a pouca valorização das ciências humanas no currículo, e, conseqüentemente pouco interesse em pesquisas acadêmicas. O autor ainda destacou:

No Brasil a licenciatura, em geral, é ainda vista, pelos pesquisadores, como uma temática de menor interesse; estando mais presente nas pesquisas dos departamentos de Educação. No caso da Sociologia essa situação é ainda é mais acentuada por conta de sua intermitência, ainda que a temática “Educação” estivesse presente desde a origem da Sociologia (Bodart, 2017, p. 94).

Apesar dessa realidade, a partir da normativa foi possível uma maior articulação entre os agentes e organizações sociais, favorecendo o interesse em pesquisas sobre o tema, projetando o ensino de Sociologia como objeto de estudo.

Essa normativa, impulsionada pela organização de agentes advindos de organizações sindicais (CARVALHO, 2004), acadêmicas (MORAES, 2011; OLIVEIRA, 2014) e do engajamento político de estudantes e professores, foi determinante para que o ensino de Sociologia fosse viabilizado como tema de pesquisa nos programas de pós-graduação no Brasil. Destarte, as políticas educacionais—como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), fomentado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) incluíram, respectivamente, em 2009 e 2012, a Sociologia em suas ações (Bodart; Cigales, 2017, pg. 257).

A expectativa era que a inclusão da Sociologia em políticas educacionais nacionais, possibilitasse um avanço nos estudos sobre o ensino de Sociologia. O autor destaca ainda que até mesmo a intermitência da Sociologia no currículo das escolas de Ensino Fundamental e Médio, havia se constituído em “um amplo objeto de estudo e um programa de investigação ainda em fase de estruturação no campo de pesquisa da educação e das Ciências Sociais” (Silva, 2010, p.23 *apud* Bodart, 2017, p.259) O artigo traz um balanço sobre o aumento da produção acadêmica no campo do ensino de Sociologia no Brasil evidenciando uma diversidade nos estudos.

Além disso, Bodart (2017) aponta principalmente para um maior interesse em estudos sobre: a análise do conteúdo; o ensino de Sociologia em contextos distintos, principalmente no que se refere aos manuais; a representação dos professores e alunos de Sociologia; a função do ensino de sociologia; os desafios em relação aos conteúdos; além da dicotomia da formação do bacharel e do licenciado em Sociologia.

O processo de ampliação da produção também tem sido acompanhado pela sua diversificação, ampliando-se as temáticas exploradas, ao mesmo tempo em que outras passam a ter menor espaço, como no caso do debate sobre a institucionalização do Ensino de Sociologia, que fora um dos temas mais explorados até meados dos anos de 2000 (Oliveira, 2015, p. 10 *apud* Bodart; Cigales, *op. cit.*, p. 261).

Apesar de seu contexto intermitente, as pesquisas sobre o campo da Sociologia em especial sobre o subcampo “Ensino de Sociologia” buscam superar os desafios que atravessam universo político da disciplina, considerando que seu protagonismo

está vinculado não somente às pesquisas concebidas no espaço acadêmico, mas a partir dele.

Apesar da trajetória histórica (quase centenária) desse processo, as limitações de acesso aos bancos de dados e escassa bibliografia sobre o assunto nos impossibilita a realização de uma análise de todo o período, pois apenas recentemente as teses e dissertações passaram a serem disponibilizadas em ambientes online pela Capes e pelas instituições de Ensino Superior (Bodart; Cigales, *op. cit.*, p. 262).

Neste cenário é preciso entender o *status* da Sociologia escolar, na perspectiva dos alunos, em relação à outras disciplinas da grade curricular, uma vez que a Sociologia é considerada por alguns pesquisadores como “desnecessária ao currículo ou sem relevância para a vida cotidiana dos jovens” (Bodart; Tavares, 2020, p. 769). Em uma pesquisa realizada com estudantes de escolas da rede pública e privada de Alagoas, (*id.*, 2020, p. 771) revelou que a Sociologia aparece em oitavo lugar quanto à sua importância para o currículo, abaixo de História, e juntamente com uma sequência de disciplinas que também possuem um histórico intermitente no currículo. Português e Matemática ainda são consideradas “disciplinas úteis”, vinculadas ao desenvolvimento material. Em geral a pesquisa evidenciou que a Sociologia não possui um lugar de prestígio na grade curricular em que pese também a realidade existente nas condições de trabalho e limitações dos professores.

A partir da demanda em compreender o ensino de Sociologia a partir da dinâmica da escola e seus desdobramentos sociais, é preciso considerar a teoria de campo de Pierre Bourdieu, como instrumento de mapeamento do universo escolar, pois ele relaciona o desenvolvimento da sociedade a um estruturalismo genético. Nessa perspectiva entender o campo de forças e de lutas existentes na escola e fora dela, de forma a aperfeiçoar o ensino a partir da leitura das realidades. Sobre a atuação da escola como instrumento de validação das desigualdades, Bourdieu esclarece:

[...] para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais (Bourdieu, 1998, p.53).

Portanto o professor detém a autoridade pedagógica e política nesses termos a partir da escolha de temas, ferramentas e instrumentos para a construção dos saberes em sala de aula, reproduzindo ou não as desigualdades sociais. Nesse caso,

romper com a lógica reprodutivista seria em primeiro lugar dar voz aos estudantes promovendo o compartilhamento de suas cotidianas.

Além disso, faz-se necessário utilização também de uma abordagem Foucaultiana que dispõe uma análise da escola como um espaço de regras rígidas, distanciando-se de uma educação pautada numa compreensão socioconstrutivista e humana, ou seja, o homem cultural com valores específicos para uma sociedade mais justa e reflexiva. Nesses termos, em sua obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (Foucault, 2017) define a formação da estrutura da escola a partir de 1762, onde a sala de aula se torna homogênea sob o olhar do professor como regulador das ações, estrutura essa que ainda impera na contemporaneidade.

A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente (Foucault, 2017, p.144).

No entanto, as experiências na escola, positivas ou negativas podem ser revertidas em conteúdo de aula, com perspectivas de reflexão sobre as próprias realidades coletivas dos estudantes e suas especificidades, no que se refere por exemplo, entender a própria escola em relação às de outras comunidades, a própria comunidade no entorno da escola, sua função social, e a própria identidade dos sujeitos que a compõe, uma vez que a escola possui uma diversidade de estudantes matriculados, onde alguns são de outros bairros. Se a prática Sociológica deve reverberar uma reflexão dentro e fora da sala de aula, como podemos fazer refletir esse jovem estudante sobre sua própria condição, principalmente em relação ao "outro" quando se fala por exemplo de meritocracia? Foucault, (2017, P.144) continua:

E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos. Movimento perpétuo onde os indivíduos substituem uns aos outros, num espaço escondido por intervalos alinhados (Foucault, *op. cit.*, p.144).

O contexto escolar apresentado por Foucault (2017), traduz o cotidiano de muitas escolas hoje, dificultando o processo criativo dos estudantes, conseqüentemente favorecendo a reprodução das desigualdades. Portanto, é preciso promover uma cultura escolar que explore práticas inovadoras para o desenvolvimento de uma educação que favoreça a emancipação crítica dos sujeitos. Isso é possível por meio da dialética materialista do humano (Teixeira, 2022), ou seja, o uso de sua condição subjetiva vivenciada, para a construção dos saberes. Sobre isso a autora explica:

Vygotsky tinha em seu horizonte, portanto, a construção de uma nova sociedade, mais justa e solidária, e atribuiu à educação papel essencial nesse processo. Nesse sentido, a teoria por ele formulada e a concepção de educação nela presente precisam se constituir em práxis por quem as toma como fundamento de seu trabalho. Não basta estudar e conhecer a teoria, é preciso vivê-la, o que implica no compromisso com a emancipação humana (Teixeira, 2022, p. 5 e 6).

Sendo assim, o que caracteriza a emancipação humana é uma expressão prática a partir dos conceitos estudados. A práxis supracitada pode dar substância ao que é ensinado, especialmente sobre o ensino de Sociologia, caracterizando não somente pela assimilação da teoria, mas como um produto pronto para ser aplicado pelo sujeito. Isso sugere que, “[...] somente quando o conceito está dentro de um sistema pode-se tomar consciência dele e empregá-lo voluntariamente” (Vygotsky, 2007, p. 317).

Dessa forma, romper com o processo de reprodução das desigualdades, somente teria um efeito mais significativo através de uma educação que possa trazer reflexões a partir das realidades vivenciadas, aspecto inerente à prática sociológica, desenvolvendo a autonomia crítica dos estudantes, a saber:

Desenvolver o homem cultural envolve dar ênfase à capacidade do homem de perceber, analisar, sintetizar e generalizar informações que o mundo oferece, e sobre esse arcabouço elaborar novos conhecimentos que retornem à prática social, modificando-a (Barroco; Tuleski, 2007, p. 27).

Para isso é necessário entender qual lugar de representatividade ocupa o sujeito na sociedade, partindo do princípio do que é ou como está fundamentada a cidadania e sua própria realidade. De acordo com as diretrizes nacionais definidas no Caderno de Educação em Direitos Humanos (2013),

Direitos Humanos são aqueles que o indivíduo possui simplesmente por ser uma Pessoa humana, por sua importância de existir, tais como: o direito à vida, à família, à Alimentação, à educação, ao trabalho, à liberdade, à religião, à orientação sexual e ao Meio ambiente sadio, entre outros. São direitos fundamentais, reconhecidos no âmbito internacional, garantidos pelo Sistema social do qual o indivíduo faz parte (Brasil, 2013, p.11).

Depois disso é preciso refletir sobre a atuação dos profissionais na consolidação da Educação em Direitos Humanos -EDH na sala de aula, sobre a participação de cada sujeito social.

Para que seja consolidada, a Educação em Direitos Humanos necessita da participação dos profissionais do ensino, da sociedade civil, dos agentes e representantes políticos. A EDH trabalha com a orientação de crianças, jovens e adultos para que assumam suas responsabilidades enquanto cidadãos, promovendo o respeito entre as pessoas e suas diferenças; fazendo com que reconheçam seus direitos e defendam os direitos dos outros (Brasil, *op. cit.* p. 11).

Portanto a representação da Sociologia, em um sistema educacional, cujo exercício se executa a partir de um sistema de vulnerabilidade social, da falta de informação das famílias, e de problemas sociais da comunidade que adentram no espaço escolar, além do controle de liberdades, de ações, de tempo etc., requer uma atuação mais influente, com um preparo técnico mais estruturado, conhecedor das demandas escolares para uma atuação mais efetiva, uma vez que:

A cidadania é atualmente assunto de debate tanto na democracia ocidental quanto nas sociedades onde se desenvolveu o socialismo do Leste, entre as classes abastadas e as menos abastadas, e aparece na pauta de diversos movimentos sociais que reivindicam saneamento básico, saúde, educação, fim da discriminação sexual e racial (Manzini-Covre, 1991, P.8).

Nesse sentido cabe a discussão sobre o que é cidadania, uma vez que abrange muitos aspectos, principalmente considerando o contexto social, os grupos que cada indivíduo faz parte, sua subjetividade etc.

Mas de que cidadania fala cada um desses grupos sociais, personagens que ocupam posições tão diferentes na sociedade? Alguns deles têm acesso a quase todos os bens e direitos; outros não, em virtude do baixo salário e do não-direito à expressão, à saúde, à educação etc. O que é cidadania para uns e o que é para outros? É importante apreender de que cidadania se fala. Tente responder você mesmo: o que é cidadania? Podemos delinear concepções diferentes e até mesmo opostas (Manzini-Covre, *op. cit.*, p.8).

Mas o que é cidadania? Segundo Manzini-Covre, (1991) esse tema compõe a Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que já é o resultado das cartas de Direito dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789). Para ela há muita confusão sobre esse tema, pois envolve as condições sociais do indivíduo:

Para muita gente, ser cidadão confunde-se com o direito de votar. Mas quem já teve alguma experiência política – no bairro, igreja, escola, sindicato etc., sabe que o ato de votar não garante nenhuma cidadania, se não vier acompanhado de determinadas condições de nível econômico, político, social e cultural. Podemos afirmar que ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano (Manzini-Covre, *op. cit.* p.9).

Nesse sentido, Manzini-Covre, (1991) nos faz refletir sobre como a aproximação ou afastamento dos direitos políticos e sociais, interfere na representatividade desses papéis, uma vez que diferentes experiências de cidadania produzem desempenhos diferentes. Portanto,

Por último observa-se que a cidadania desenvolvida em nossos dias, extravasa o conceito clássico de cidadania dos direitos, de regras abstratas da democracia, ela vai além da cidadania atada ao Estado. Cabe distinguir esta cidadania, que está mais presente no âmbito do cotidiano: nas organizações formais e informais, nos bairros, nos movimentos sociais, nas organizações Não governamentais (ONGS), nos processos de orçamento participativo de determinados municípios etc., como uma forma ampliada e em processo, que se poderia nomear de uma cidadania em construção. Nesse sentido pode-se imaginar uma imensa rede de cidadania em construção, mesmo no Brasil (Manzini-Covre, *op. cit.*, p.17).

Portanto, “trata-se de pensar, sentir e agir no sentido de que a democracia se constrói a todo instante, nas relações sociais de que fazemos parte” Manzini-Covre (1991, p. 71). Ela propõe uma “revolução subjetiva” que oriente um modo de pensar e agir segundo seus valores e necessidades constituídas no universo de práticas que o indivíduo atua promovendo a construção da democracia.

E, nesta construção, está-se a falar da subjetividade frente à alteridade, enfim, de intersubjetividades! E ainda pense-se a relação cidadania e subjetividade, em que as duas estão consubstanciadas na pessoa. A pessoa possui uma subjetividade (enfoca-se aqui os sentimentos) e é ao mesmo tempo um ator da cidadania (fala-se aqui de como os sentimentos se transformam em valores que podem orientar práticas sociais). De momento vamos nos restringir analiticamente ao enfoque na subjetividade, no processo de elaboração dos sentimentos transmutados em valores, na possível emergência do novo que oriente práticas sociais mais democráticas, e a isso quero denominar “revolução subjetiva” (Manzini-Covre, *op. cit.*, p. 71).

A autora também aponta a necessidade de resgate do “sujeito cidadão”, ou seja, aquele que se encontra num estado de alienação frente ao capitalismo.

Na perspectiva interna de quem sofre o processo, a internalização da racionalidade formal, exigida para se viver no capitalismo, ou o que aparece no marxismo como processo de alienação, cria na alma do indivíduo uma parte morta ou amortizada. Aqui, pode-se vislumbrar o vínculo com a área do desejo. É o desejo que motiva o ser humano a agir dessa ou daquela forma, como expressão do próprio fluxo da vida. É preciso ter em mente a possibilidade de resgatar o rumo do desejo, embora em sua essência o Desejo seja sempre inalcançável. Contudo, precisa-se resgatar o sujeito desejante, pois este é a expressão primeira para existir o sujeito-cidadão (Manzini-Covre, *op. cit.*, p.73).

Nesse sentido, é preciso refletir sobre estratégias para a formação do professor de sociologia frente à preparação de um cidadão mais consciente do seu poder de influência para a construção de uma identidade histórico-crítica, mais humanizada, considerando a subjetividade dos sujeitos e seus contextos sociais.

Sendo assim, deve haver a articulação entre conceitos da sociologia e temas do cotidiano dos estudantes, ampliando seus conhecimentos para a perspectiva estrutural e sócio-histórica dentro de um universo de práticas político-educativas.

A partir daí, pensar que educação é antes de tudo compreender como se aprende. Esse é o passo fundamental que envolve entender como se processa e se preserva o aprendizado. O nosso cérebro não processa somente o que vê, mas o que experimenta em todos os sentidos, ou seja, a experiência prática dos processos teóricos são ponto central para a aquisição do conhecimento. Nesse sentido o saber cotidiano sem a aplicação da teoria ou vice-versa, não produz consciência crítica, mas é na articulação desses elementos que construímos o processo educativo.

A pesquisa como princípio científico e educativo Demo (2006) é uma forma de educar que favorece o pensamento crítico, alinhando teoria e prática, uma vez que permite ao estudante pensar por si mesmo, ao elaborar uma hipótese, na busca pela compreensão da teoria, o acesso ao campo, a percepção da realidade, a construção dos argumentos a partir de sua própria visão de mundo, num modelo sócrático e construtivista.

Inserir o estudante nesse processo torna o ambiente pedagógico mais eficaz na aquisição do conhecimento, pois ele vai precisar pesquisar e ao mesmo tempo produzir conhecimento. Diferentemente do que seria uma aula meramente discursiva

ou expositiva. Nesse sentido é preciso utilizar metodologias que permitam que o estudante tenha acesso não somente aos conteúdos teóricos, mas também os inserir no campo de pesquisa que está sendo investigado.

A escola por si só representa um campo contextual muito rico, com uma diversidade e uma pluralidade de realidades que podem ser explorados, além disso, com diversas demandas sociais, culturais e políticas. Portanto é preciso considerar as realidades constituintes da comunidade escolar, suas rotinas, construtos, demandas e conflitos evidentes ou não, e que interferem no exercício da cidadania para serem utilizados como objetos de análise crítica dos estudantes.

Sendo assim, a prática da pesquisa na educação básica, em particular no ensino de sociologia, constitui uma forma propícia e bastante relevante para a emancipação do estudante, e conseqüentemente um passo para as transformações sociais, pois quanto mais cedo o estudante tem acesso aos campos de conhecimentos mais rápido entende a sociedade.

No ambiente escolar tanto a teoria quanto a prática são importantes, uma não exclui a outra. Demo (2006) propõe que a teoria seja um instrumento para não somente perceber a realidade, mas também para o amadurecimento de ideias que resultem em produções próprias. Aqui ele lança uma crítica sobre uma educação pautada no teorismo, ou somente na verificação empírica.

Sendo assim, Demo (2006) propõe que toda proposta teórica seja confrontada com a prática, pois para ele a prática de pesquisa implica numa construção completa, ou seja, teoria e prática juntas, para que além dos saberes adquiridos o estudante consiga transformar a sociedade. Diante disso, analisa-se também como elemento fundamental, a formação do professor de sociologia, como parte integrante desse processo numa atuação política contínua, como um estilo de vida.

A seguir aparece o sentido da especialização, com dose crescente de prática. Se fosse o caso planejamento educacional, exige-se que toda proposta teórica seja confrontada com práticas, em vaivém de mútua fecundação. Espaços de aplicação precisam ser frequentados e fungidos, como órgãos de gestão educacional, escolas, departamentos, bem como é preciso realizar chances de planejamento alternativo, para que o planejamento educacional se torne modo de vida na atuação social cotidiana e profissional (Demo, 2006, p.61).

Para isso, é preciso desconstruir modelo de "aula" expositiva, provocando e transformando o sistema tradicional em algo mais produtivo, inovando os processos pedagógicos. Sobre isso, (Demo, 2007) esclarece.

Pretendemos, assim, manter a proposta de que a base da educação escolar é a pesquisa, não a aula, ou o ambiente de socialização, ou a ambiência física, ou o mero contato entre professor e aluno. Desde logo, para a pesquisa assumir este papel, precisa desbordar a competência formal forjada pelo conhecimento inovador, para alojar-se, com a mais absoluta naturalidade, na qualidade política também. Não basta a qualidade formal, marcada pela capacidade de inovar pelo conhecimento. É essencial não perder de vista que conhecimento é apenas meio, e que, para tornar-se educativo, carece ainda orientar-se pela ética dos fins e valores (Demo, 2007, p.6).

A perspectiva é preparar os jovens estudantes para enfrentar as vivências cotidianas com mais propriedade, conferindo-lhe não somente o conhecimento teórico, mas também a capacidade de intervir, através de ferramentas para atuar politicamente, ou seja, tornando o exercício da cidadania mais palpável.

Tendo-se tornado cada vez mais evidente a proximidade entre conhecer e intervir, porque conhecer é a forma mais competente de intervir, a pesquisa incorpora necessariamente a prática ao lado da teoria, assumido marca política do início ao fim (Demo, *op. cit.*, p. 6 e 7).

Sendo assim, não basta somente ter acesso aos conteúdos, ou somente conhecer suas próprias realidades, é preciso articular conhecimentos, além de realidades não acessadas ainda, ou não evidentes, processos estruturantes, alinhando isso tudo com a teoria, para que se manifeste numa prática cotidiana, ou seja um sujeito investigador da realidade.

É muito comum em sala de aula a exposição do conhecimento teórico. A prática muitas vezes está limitada a exibição de vídeos, fotos ou diálogos. Tudo isso é válido, tem sua importância e seu momento, porém o que é preciso pensar é: Para que serve o conhecimento se não sei como transformar o meu cotidiano? Principalmente quando o estudante não conhece ou não teve acesso aos mecanismos para o exercício da cidadania. Envolve um conhecimento prático, mais criativo, processual e didático, condição que muitas vezes ultrapassa a sala de aula ou até os muros da escola. Dessa forma, a escola constitui o espaço ideal para o de envolvimento de competências

necessárias para o exercício da cidadania. Conhecer do ponto de vista da sociologia, envolve perceber-se cidadão, como sujeito de direitos, numa atuação política consciente.

A marca política não aparece apenas na presença inevitável da ideologia, mas sobretudo no processo de formação do sujeito crítico e criativo, que encontra no conhecimento a arma mais potente de inovação, para fazer e se fazer oportunidade histórica através dele. Neste sentido, a cidadania que se elabora na escola não é, por sua vez, qualquer uma. Pois é especificamente aquela que sabe fundar-se em conhecimento, primeiro para educar o conhecimento, e, segundo, para estabelecer com competência inequívoca uma sociedade ética, mais equitativa e solidária (Demo, *op. cit.*, p. 7).

Sendo assim, é preciso refletir sobre a qualidade do ensino que está sendo ofertado aos estudantes como perspectiva de vida relevante para o processo de cidadania, e construção do seu projeto de vida, considerando a ampla repercussão de uma educação cidadã, principalmente diante da realidade de uma comunidade escolar que se encontra refém das desigualdades. Nesse aspecto, (Demo, 2007) crítica esse modelo de educação.

A aula que apenas repassa conhecimento, ou a escola que somente se define como socializadora de conhecimento, não sai do ponto de partida, e, na prática, atrapalha o aluno, porque o deixa como objeto de ensino e instrução. Vira treinamento. É equívoco fantástico imaginar que o "contato pedagógico" se estabeleça em ambiente de repasse e cópia, ou na relação aviltada de um sujeito copiado (professor, no fundo também objeto, se apenas ensina a copiar) diante de um objeto apenas receptivo (aluno), condenado a escutar aulas, tomar notas, decorar, e fazer prova. A aula copiada não constrói nada de distintivo, e por isso não educa mais do que a fofoca, a conversa fiada dos vizinhos, o bate-papo numa festa animada (Demo, *op. cit.*, pg. 7).

E preciso considerar a pesquisa como prática cotidiana e principalmente uma questão crucial na emancipação dos sujeitos, no questionamento da realidade, na transformação social, e conseqüentemente num estilo de vida.

A pesquisa inclui sempre a percepção emancipatória do sujeito que busca fazer e fazer-se oportunidade, à medida que começa e se reconstitui pelo questionamento sistemático da realidade. Incluindo a prática como componente necessário da teoria, e vice-versa, englobando a ética dos fins e valores (Demo, *op. cit.*, pg. 8).

Portanto, não se trata somente de transmissão de conteúdos, mas a construção de uma sociedade mais preparada para solucionar problemas sociais, cliente de sua cidadania e de seu poder de transformação.

Não é possível sair da condição de objeto (massa de manobra), sem formar consciência crítica desta situação e contestá-la com iniciativa própria, fazendo deste questionamento o caminho de mudança. Aí surge o sujeito, que o será tanto mais se, pela vida afora, andar sempre de olhos abertos, reconstruindo-se permanentemente pelo questionamento. Nesse horizonte, pesquisa e educação coincidem, ainda que, no todo, uma não possa reduzir-se à outra. Nenhum fenômeno histórico é mais característico do questionamento reconstutivo do que o processo emancipatório, não apenas em seu ponto de partida, mas principalmente como marca permanente do processo (Demo, *op. cit.*, pg. 8).

Desta forma, considerando a intervenção com a temática: Direitos Humanos e Cidadania: Origem, Construção e Participação Social, foi possível interpretar à luz da Sociologia, a atuação dos jovens e seu processo de aquisição dos conhecimentos no espaço escolar.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA ENQUANTO CAMPO DE PESQUISA

3.1 A fundação

De acordo com o PPP (2018)⁴, a escola de ensino fundamental e médio EEEFM ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA, está localizada em Bodocongó, em Campina Grande-PB. Foi fundada em 1º de abril de 1965, como sucursal da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Elpídio de Almeida [Estadual da Prata]. Na ocasião foi denominada Colégio Estadual de Bodocongó até o ano de 1968, quando se tornou autônoma pelo Decreto nº 4.569 de 07 de junho de 1968, iniciando o seu funcionamento em sede própria, construída em terreno doado pelo industrial local Ademar Veloso da Silveira, e cujo endereço permanece até os dias de hoje.

Figura 1: Fachada da EEEFM Ademar Veloso da Silveira



Fonte: Google Maps (2024)

Inicialmente a Escola funcionava com apenas quatro turmas instaladas da Escola Santa Rita de Cássia. Somente após a doação do terreno conforme mencionado anteriormente, foi possível a construção de sua sede própria. Diante da Reforma do Ensino Estadual ocorrida em 1973, de acordo com a Lei nº 5.692/71, o Colégio

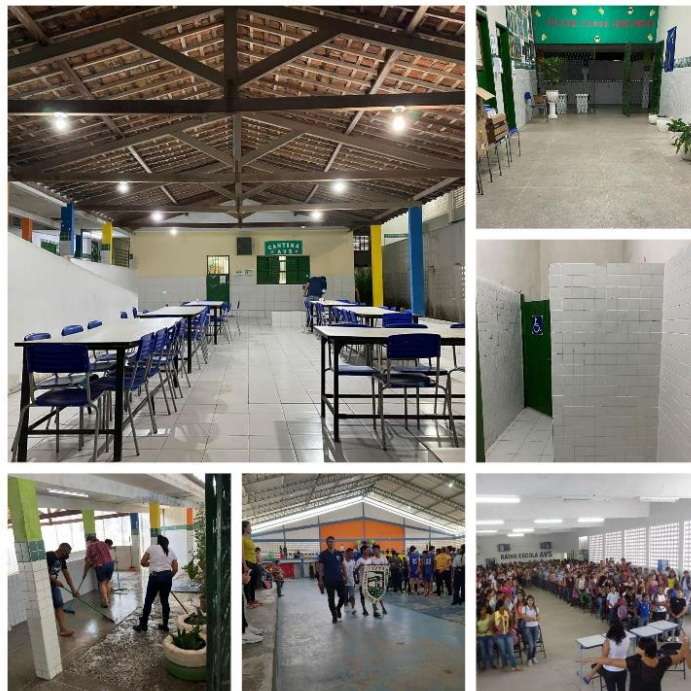
⁴ PARAÍBA. Secretaria de Estado de Educação-SEE. Projeto Político Pedagógico-PPP: EEEFM Ademar Veloso Da Silveira. Campina Grande, PB, 2018.

Estadual de Bodocongó, passou a ser chamado de Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ademar Veloso da Silveira e a ser denominada de Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ademar Veloso da Silveira, no ano de 1989, pelo Decreto nº 13.484 de 22 de dezembro de 1986. Seu conselho foi constituído em 1991, com estatuto registrado no Serviço Notarial e Registral de Títulos e Documentos Regina França Isidro de Campina Grande, em 07 de fevereiro de 1997.

3.2 A estrutura

Conforme o Projeto Político Pedagógico-PPP disponibilizado, e por nós estudado, a escola conta com três dependências distribuídas da seguinte forma: 16 salas de aula, um auditório, uma quadra de esportes, uma biblioteca, um laboratório de Ciências, cantina, despensa, refeitório, um almoxarifado, um arquivo morto, um laboratório de informática, um laboratório de Matemática, uma sala de Atendimento Educacional Especializado-AEE, uma sala de coordenação do Programa Mais Educação, uma sala de dança, um laboratório de Robótica, uma sala de aula para o Projeto Alumar, seis blocos sanitários masculinos e femininos para os estudantes, uma sala de professores, dois sanitários do bloco administrativo, uma secretaria e uma sala da direção geral.

Figura 2: Estrutura Interna da EEEFM Ademar Veloso da Silveira



Fonte: Adaptado do Instagram da escola (2024)

3.3 Perfil Socioeconômico e Cultural

Em 2023 a escola EEEFM Ademar Veloso da Silveira contava com 858 alunos matriculados distribuídos entre as turmas dos anos finais, ensino médio, EJA e educação especial conforme disposto no quadro a seguir:

Figura 3: Quantidade de Matrículas em 2023

2023	
Matrículas por etapa	
Anos finais	252 matrículas
Ensino Médio	460 matrículas
EJA	107 matrículas
Educação Especial	39 matrículas

Fonte: Site: QEdu. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/25072005-eeefm-ademar>

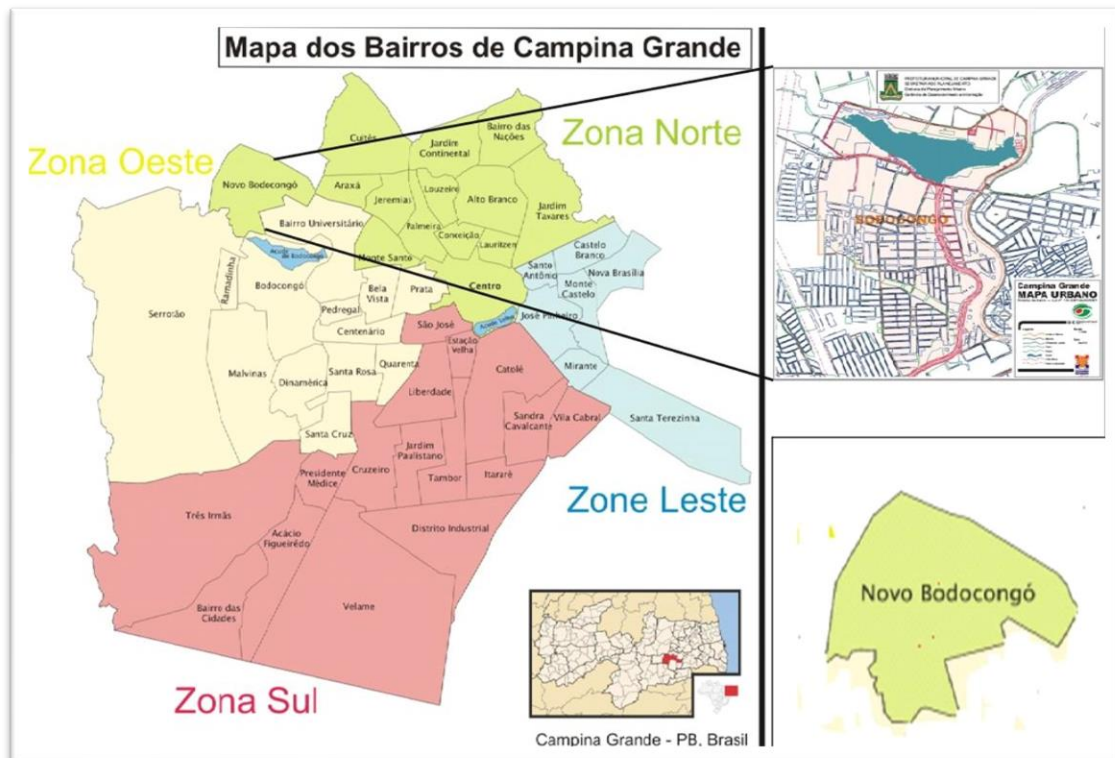
De acordo com o PPP, uma das principais características da comunidade em torno da escola é a heterogeneidade socioespacial. Segundo o Censo do IBGE (2010), a população de Bodocongó, em 2002, era de 13.129 habitantes. Mas, este número caiu para 5.832 habitantes a partir do momento em que o setor Universitário e as localidades do Pedregal e Ramadinha tornaram-se bairros.

No entanto, ainda há setores ignorados pelo poder público e pela sociedade civil organizada. Um exemplo é a “Vila dos Teimosos” que, mesmo sendo chamada de vila, consiste num assentamento que a priori deveria ser provisório, porém gradativamente foi sofrendo intervenções pelos próprios moradores passando a ser um território de moradia e de reprodução da desigualdade social em Campina Grande-PB.

Além disso, os bairros Pedregal e Ramadinha I e II enfrentam problemas sociais e de infraestrutura, onde a perspectiva de sobrevivência se divide em condições precárias. No bairro Pedregal a renda média dos habitantes era, segundo o PPP, até 2018 de R\$ 206,11. Conforme PPP (2018), segundo a pesquisa publicada na revista

“Geoambienteonline”⁵, apontou que 58% da população do bairro de Bodocongó possui apenas o ensino fundamental I incompleto e que 10% concluíram o ensino médio. A pesquisa apontou também que a renda familiar é de um a dois salários-mínimos, porém mais da metade da população recebe o benefício do Programa Bolsa Família do Governo Federal (Medeiros, et al., 2012, p. 51).

Figura 4: Mapa do Bairro de Bodocongó e adjacências



Fonte: Mapa adaptado - Wikipédia (2024)

De acordo com o PPP (2018) um dos dados mais significativos é que 70% da população é obrigada a conviver com problemas de infraestrutura básica como saneamento, coleta de lixo e transporte coletivo. A realidade é ainda mais vulnerável na Vila dos Teimosos, tida como um “enclave periférico”, com condições insalubres e subumanas de habitação. Apesar de boa parte da renda familiar ser proveniente do Programa Bolsa Família, segundo Ferreira (2007), 33,68% recebem até um salário-mínimo e 46,85% de um a três salários-mínimos. No entanto, apesar desse resultado aparentemente positivo, a renda per-capita é muito baixa em função do número de pessoas por família.

⁵ MEDEIROS, M.C.S. et. al. 2012, (p.48). Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/26034/15006>.

Além disso, de acordo com os dados da faixa etária, boa parte dessas pessoas se encontram em fase escolar e/ou economicamente ativa, uma vez que a idade predominante da população é entre 20 (vinte) à 40 (quarenta) anos (Medeiros, et al. 2012, p.45). Soma-se a estes dados, a taxa de desemprego é de 31,21%; o subemprego é de 26,04%; e os legalmente empregados são 22,85%”, considerando esse resultado antes da pandemia. Sendo assim, na Vila dos Teimosos 60% da população ativa não tem renda fixa. Em função disso é tratada como “enclave periférico”, pois no restante do Brasil essa taxa varia em até 8,4%. Vê-se ainda, nesta localidade, alta instabilidade financeira caracterizada por relações de trabalho irregulares, fato que, claro, afeta o orçamento familiar.

A partir desse cenário socioeconômico das comunidades que constitui a escola, conforme descrito em seu PPP (2018), a instituição se propôs a avaliar de forma mais aprofundada, as condições das famílias dos estudantes matriculados, a partir de um questionário, na intenção de aferir dados acerca do nível educacional dos pais, a situação habitacional, a renda financeira além de outras atividades. Nesse sentido, numa amostragem de 35,5% verificaram-se diversos dados, onde pode-se destacar os seguintes: 7,4% moram na zona rural; 88,7% na zona urbana; e 3,7% não declararam. Das famílias que moram na zona urbana, 53,4 % habitam o bairro de Bodocongó; 15,3% residem no Pedregal; 10,2% na Ramadinha; 3,7% no Mutirão; 2,3% no Novo Bodocongó; e 7,4% são dos bairros Universitário, Centenário, Serrotão, Malvinas, entre outros bairros.

Em relação ao nível de escolaridade, 3,4% das mães são analfabetas; 32,6% não concluíram o ensino fundamental; e 25,8% conseguiram concluir este nível de ensino. Com relação ao ensino médio, 1,3% não concluíram e 31,2% chegaram ao final da última fase do ensino básico. Além disso, 4,4% não declararam o nível de instrução educacional.

Em relação aos pais, os dados não diferem tanto. Sendo assim, 3,4% deles são analfabetos; 37% não concluíram a primeira fase do ensino básico; e 27,2% só estudaram até o ensino fundamental. Quanto ao ensino médio, 20,7% concluíram e 1,3 não cursaram todo o ensino básico. Vimos que 1% dos pais têm formação acadêmica em nível superior e que 1% das mulheres possuem ensino superior incompleto, embora não tenha sido possível identificar se elas ainda estão cursando ou abandonaram seus respectivos cursos.

Sendo assim, existe uma correlação entre os níveis de conhecimento e a renda financeira. As habilidades e aptidões necessária para o exercício de determinadas funções de trabalho são definidoras quanto às oportunidades de empregos com melhor remuneração. Portanto, o nível de escolaridade das famílias constitui um fator importante a ser considerado, uma vez que quanto maior o repertório cultural, ou seja, de conhecimento, maior a capacidade crítica do indivíduo, refletindo significativamente no exercício da cidadania e conseqüentemente na qualidade de vida desses sujeitos.

Em 2019, o questionário da SAEB apontou um aumento entre 5% e 6% na formação das mães entre as séries do 9º e 3º ano do Ensino Médio. Apesar desse resultado, ainda é um índice muito aquém do desejado.

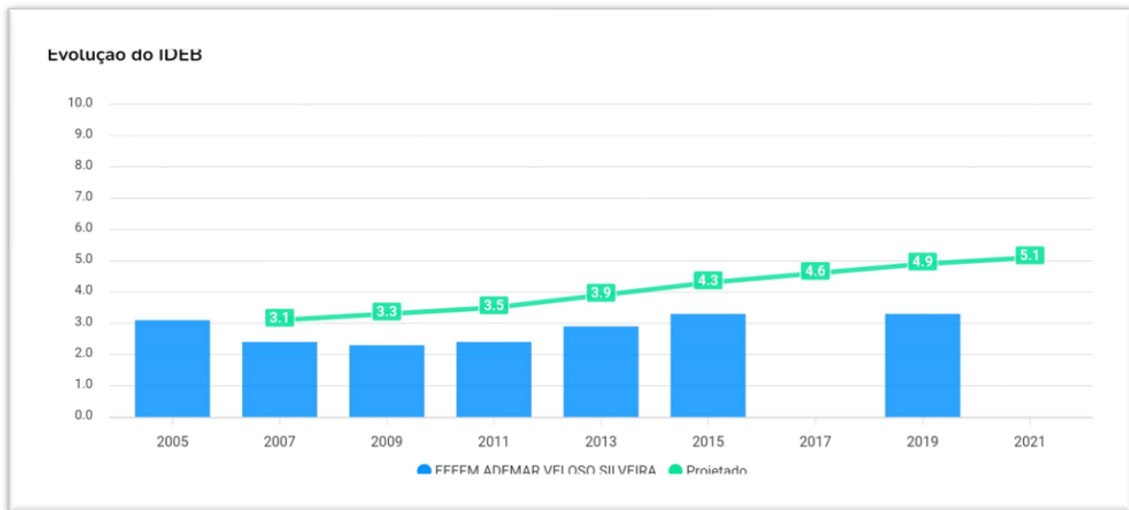
Figura 5: Resultados do Questionário SAEB – 2019



Fonte: site QEDu - SAEB 2019, INEP

Outro aspecto relevante é o resultado do IDEB, que de acordo com o gráfico (seis) 6 a seguir têm apresentado um aumento no índice nos últimos anos, chegando a passar de 3% em 2019. No entanto, ainda representa um índice inferior ao desejado considerando as escolas destaques de sua região, e principalmente a EEEFM Professor Itan Pereira, que é de 5,8 e 5,3 entre os anos finais e Ensino Médio.

Figura 6: Resultados do IDEB – 2019



Fonte: Site: QEdu. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/25072005-eeefm-ademar>

Quanto aos resultados do ENEM de 2019, conforme quadro a seguir, dos alunos que participaram, a escola apresenta uma nota média de 479,61 pontos. Nesse resultado, as ciências humanas representam uma média de 484 pontos.

Figura 7: Resultados do ENEM – 2019



Fonte: site QEdu - ENEM (2019), INEP

Em função dos resultados apresentados, o Índice de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica-INSE dos estudantes em 2021 foi considerado médio-baixo, ou seja, abaixo da média nacional. Este resultado reflete as condições sociais da maioria dos estudantes, bem como a formação dos pais/responsáveis a possuem o ensino fundamental incompleto ou completo e/ou ensino médio completo.

Portanto, a partir dos resultados pode-se perceber a condição de vulnerabilidade social das famílias dos estudantes, principalmente em função do nível de escolaridade e sua correlação com a renda financeira, constituindo um fator estrutural decisivo no cotidiano das comunidades, pois reflete no exercício crítico e efetivo da

cidadania, e conseqüentemente na qualidade de vida das famílias. Sendo assim, percebe-se os desafios que constituem o processo educacional nesse contexto, exigindo um papel ativo da escola, dentro de suas atribuições e condições objetivas, reunir esforços com toda a comunidade escolar na perspectiva de contribuir para o melhor desenvolvimento do Projeto de Vida dos estudantes.

3.4 O efeito do território e os desafios educacionais: uma questão de oportunidades

O bairro de Bodocongó está localizado em uma região periférica e sua formação não se deu de forma organizada. Inicialmente esse território começa a se formar como um bairro industrial, e depois através de múltiplas ocupações. A seguir algumas das primeiras indústrias instaladas no bairro na década de 40 como: o Curtume Antônio Villarim S.A e a ROVSA-Refinaria de óleos vegetais S.A.

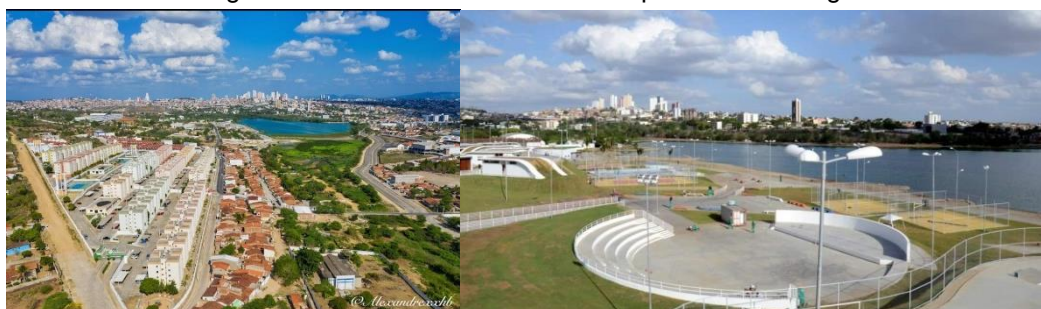
Figura 8: Algumas Indústrias que surgiram na década de 40 em Bodocongó



Fonte: Fotos adaptadas de Retalhos Históricos de Campina Grande-PB

Mais recentemente ocorreu construção do residencial Dona Lindu, e do Parque de Bodocongó ao Norte do açude, próximo bairro Universitário.

Figura 9: Residencial D. Lindu e Parque de Bodocongó



Fonte: YouTube (2024)

Diante desse contexto, A EEEFM Ademar Veloso da Silveira encontra-se num território complexo desde a sua formação, tendo como elemento característico, o nível de escolaridade básico dos pais/responsáveis, ou seja, um comprometimento quanto à aquisição de recursos culturais. Acrescenta-se à essa realidade, uma condição de vulnerabilidade social que repercute no ensino, uma vez que a escola possui um nível NSE-Médio baixo. Neste sentido é preciso buscar estratégias que possam destacar a escola em seu território de atuação, considerando o cotidiano como instrumento de provocação para o desenvolvimento da autonomia crítica dos alunos.

De acordo com Érnica e Batista (2012), existe uma correlação entre o nível de vulnerabilidade e as características do território onde a escola está localizada, influenciando nos resultados de escolarização dos alunos. A pesquisa mostra que o desempenho dos alunos a partir dos resultados do IDEB, bem como os recursos culturais aos quais eles têm acesso, repercutem nos resultados de escolarização e consequentemente nas oportunidades.

Além disso, a posição de vulnerabilidade da escola é definida por um conjunto de disputas por recursos financeiros, por profissionais qualificados e estudantes mais preparados para que forneçam as condições básicas para a organização administrativa e pedagógica. (Érnica; Batista, 2012).

Pensando nisso, é preciso refletir sobre estratégias para o Ensino de Sociologia considerando as especificidades sociais dos estudantes que compõem a referida escola, suas realidades e demandas como elemento de discussão e investigação em sala de aula.

3.5 Proposta Pedagógica da Escola, em conformidade com o PPP

A escola busca seguir as diretrizes definidas pelo Governo do Estado a partir da SEE, com base na Base Nacional Comum Curricular-BNCC. Essas diretrizes organizam a escola a partir do modelo pedagógico regular e do Novo Ensino Médio, a partir dos princípios:

- *Igualdade de condições*: buscando garantir a todos(as) o acesso às mesmas condições através de métodos e práticas que contemplem a diversidade do ambiente escolar.

- *Qualidade*: fornecendo recursos didático-pedagógicos para que os professores possam desenvolver suas ações de forma inovadora estimulando o processo de conhecimento dos estudantes. Sob a perspectiva de redução da evasão e retenção escolar, bem como, uma aprendizagem significativa.
- *Liberdade*: proporcionando autonomia para o exercício do protagonismo da escola através de professores, funcionários, gestores e estudantes, resultando num ambiente de convívio permeado pelo respeito e reconhecimento da importância do outro.

O modelo educacional se propõe a promover uma escola inclusiva, transformadora e democrática para o desenvolvimento da autonomia crítica dos estudantes, com o diálogo e a participação coletiva de todos a partir da gestão participativa da comunidade escolar, numa educação emancipatória, com compromisso ético e político. Nesse sentido, se compromete em orientar os estudantes quanto à formação técnica e profissional, e buscar o apoio e parceria de instituições públicas e privadas na oferta e manutenção da educação pública de qualidade.

Sendo assim estabeleceu como metas o fortalecimento de vínculos com toda a comunidade escolar, a partir de reuniões para organização das atividades, desenvolvimento de metodologias, disponibilidade e recursos, e acompanhamento da aprendizagem dos estudantes. Além disso, o estabelecimento de vínculos com outras instituições das mais diversas ordens para enriquecimento das reflexões dos cenários internos e externos à escola.

4 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

A proposta de intervenção pedagógica em Sociologia tinha como ênfase atuar a partir do tema: Direitos Humanos e Cidadania: Origem, Construção e Participação Social. Teve sua aplicação na referida escola: EEEFM Ademar Veloso da Silveira. A aplicação foi realizada no segundo semestre de 2023, nas séries do 2º ano, totalizando (oito) 8 encontros, com carga horária de 45:00 minutos em cada turma.

A intervenção pretendia desenvolver a autonomia crítica dos estudantes quanto à reflexão sobre os vários conceitos de Cidadania, desde sua origem na Grécia e Roma antiga, até a contemporaneidade e sua relação com os Direitos Humanos. Tendo em vista a necessidade de compreender os direitos humanos como instrumento de grande relevância para desenvolvimento da sociedade e conseqüentemente o avanço da civilização, foi definido como objetivo principal: Promover uma análise sociológica a partir da trajetória e das mudanças no conceito de Cidadania em diversos contextos sócio-históricos, trazendo uma reflexão sobre como essas transformações influenciaram na formalização dos direitos humanos e conseqüentemente na construção da Sociedade como conhecemos hoje.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que foi promulgada em 1948 na cidade de Paris na França, na presença de 50 nações que atestaram e confirmaram os direitos comuns que orientavam as nações do mundo para a erradicação das mazelas da modernidade. Ela foi discutida e formalizada após as atrocidades das duas grandes guerras mundiais do século XX, quando ocorreram o holocausto e as bombas atômicas no Japão. Antes dela, outras duas declarações a antecederam, como: A Declaração dos Direitos dos Cidadãos Americanos, ou seja, a Declaração de Independência (1776), e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, século XVIII (1789).

Essas declarações trouxeram relevantes avanços históricos para que os fundamentos da declaração dos direitos humanos fossem estabelecidos através da Organização das Nações Unidas-ONU. Esse avanço foi fundamental para o desenvolvimento constitucional em diversas nações, assim como no Brasil, com a Constituição de 1988, descrita como a constituição cidadã. No entanto, tanto as leis internacionais como nacionais não são suficientes para banir os crimes graves contra a humanidade.

Para entender a formação desse constructo e sua trajetória sócio-histórica, sobre o que é ser um Cidadão, é preciso entender as categorias sociais definidas em

cada contexto, desde sua trajetória inicial, a estrutura e organização sociopolítica, até a definição dos direitos humanos como conhecemos hoje. Dessa forma, também compreender a dialética sócio-histórica tendo como elemento base as transformações nas estruturas políticas, analisando como a participação dos sujeitos a partir de seus lugares sociais e sua contribuição para a construção da cidadania.

A intervenção surgiu a partir da necessidade de despertar a autonomia crítica dos estudantes sobre a necessidade da sua participação social na construção da sociedade, diante dos seus contextos e dos lugares sociais que representam. Sendo assim, consideramos o desenvolvimento das representações artísticas e culturais como: poesias, músicas, *fanzines*, já presentes no cotidiano dos estudantes, como instrumentos de transformação frente aos desafios da contemporaneidade, além da percepção dos problemas político-culturais e ambientais deste século no tocante aos direitos humanos, convocando-os a refletir, compreender e interagir, transformando o seu cotidiano, contribuindo para a construção da sociedade.

inicialmente foi desenvolvido uma pesquisa exploratória com os estudantes, como estratégia pedagógica para a sequência didática, sobre o tema Origem da Cidadania na internet, com a devida orientação sobre a importância e confiabilidade dos dados na internet. Nas aulas seguintes foi realizado um aprofundamento sobre o tema Cidadania e sua relação com os direitos humanos, a partir de aulas expositivas e dialogadas, com apresentação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, incentivando o debate. Em seguida foi promovido um diálogo a partir da apresentação de músicas que abordam problemas sociais e sua relação com os direitos humanos.

Além disso, buscamos despertar a criatividade dos estudantes com avaliações contínuas, através da análise e produção textual e produções artísticas, com o objetivo de influenciar o senso crítico a partir da relação entre Cidadania e Direitos Humanos. Nesse sentido, a proposta era expandir a visão dos estudantes sobre a importância de produções artísticas como instrumento de transformação social.

4.1 Sequência didática que norteou a operacionalização do Estágio III

Apresentamos a seguir a delimitação da sequência didática utilizada como instrumento norteador da prática pedagógica no Ensino de Sociologia durante o Estágio Supervisionado III.

4.1.1 *Temática: Direitos Humanos e Cidadania: origem, construção e participação social.*

4.1.1.1 Objetivo Geral da intervenção

- Promover uma análise sociológica a partir da trajetória e das mudanças no conceito de Cidadania em diversos contextos sócio-históricos, trazendo uma reflexão sobre como essas transformações influenciaram na formalização dos direitos humanos e conseqüentemente na construção da Sociedade como conhecemos hoje.

4.1.1.2 Objetivos Específicos

- Despertar o interesse dos estudantes pela pesquisa exploratória a partir da Origem da Cidadania, seu conceito inicial, características e estrutura da sociedade, as categorias sociais, efeitos e implicações sociais na época.
- Desenvolver a análise crítica dos estudantes a partir da observação e comparação entre os contextos sociais da época, incentivando o diálogo em sala de aula.
- Incentivar a criatividade e a autonomia dos estudantes na construção dos conceitos.
- Desenvolver a interpretação crítica a partir da leitura e discussão sobre os problemas sociais do cotidiano, bem como os papéis sociais em relação ao que está definido na Declaração Universal dos direitos humanos.
- Desenvolver a autonomia crítica dos estudantes a partir da exposição de músicas que abordam o tema Cidadania e Direitos Humanos.
- Incentivar a criatividade e a autonomia dos estudantes na construção de um objeto pedagógico (poesias, músicas, *fanzines*) a partir do tema.
- Desenvolver a capacidade discursiva a partir da leitura interpretativa de temas que abordam problemas da vida real.

4.1.1.3 Encontros Semanais

- Encontro 1: (45:00 min) – Pesquisa Sociológica sobre a Origem da Cidadania.

Objetivo: Despertar o interesse dos estudantes pela pesquisa exploratória a partir da Origem da Cidadania, seu conceito inicial, características e estrutura da sociedade, as categorias sociais, efeitos e implicações sociais na época.

Conteúdo: Origem da Cidadania na Grécia e Roma antiga.

Procedimento Metodológico: Instrução sobre realização da pesquisa com conteúdo confiável através da internet; Conceito, origem e os papéis sociais dos Cidadãos da época.

Material e Recursos didáticos: Internet, Caderno.

Avaliação: Anotações em caderno dos resultados da pesquisa, com atribuição de pontuação.

Resultados das Pesquisas realizadas pelos estudantes:

Brasil Escola; Sociologia: Origem e evolução da Cidadania. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/m.meuartigo.brasilecola>. ;

Secretaria da Justiça e Cidadania do Paraná. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/O-que-e-Cidadania#:~:text=>. ;

- Encontro 2: (45:00 min) – A Origem da Cidadania, estrutura de governo, categorias sociais e implicações sociais da época.

Objetivo: Desenvolver a análise crítica dos estudantes a partir da observação e comparação entre os contextos sociais da época, incentivando o diálogo em sala de aula.

Conteúdo: Origem da Cidadania, estrutura de governo, categorias sociais e implicações sociais da época.

Material e Recursos didáticos: Quadro branco, pincel, cadernos.

- Encontro 3: (45:00 min) – A Origem da Cidadania, estrutura de governo, categorias sociais e implicações sociais da época.

Objetivo: Incentivar a Criatividade e a autonomia dos estudantes na construção dos conceitos.

Conteúdo: Origem da Cidadania, estrutura de governo, categorias sociais e implicações sociais da época. O que é o *Fanzine*, sua estrutura e objetivo.

Procedimento Metodológico: Produção de um *Fanzine*, a partir do que foi estudado nas aulas anteriores.

Material e Recursos didáticos: Papel Ofício, Régua, Cola, Caneta, Hidrocor, lápis de cor, Figuras sobre o tema Cidadania.

Vídeo: Como fazer um *Fanzine*.

Disponível em: <https://youtu.be/iAd9xJwuDIU?si=ZPqMKKPhD0Zi2rrT>

- Encontro 4: (45:00 min) – Apresentação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e reflexão sobre as problemáticas do cotidiano.

Objetivo: Desenvolver a interpretação crítica a partir da leitura e discussão sobre os problemas sociais do cotidiano, bem como os papéis sociais em relação ao que está definido na Declaração Universal dos direitos humanos.

Conteúdo: Declaração Universal dos Direitos Humanos

Material e Recursos didáticos: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Caderno, Caneta

Avaliação: Produção textual: Poesia ou Música, sobre a problemática social e direitos humanos – Tema: Direitos das mulheres (Aproveitando o “Agosto Lilás”: mês de conscientização do combate à violência contra a Mulher)

- Encontro 5: (45:00 min) – Análise crítica das músicas sobre as problemáticas sociais em relação aos direitos humanos.

Objetivo: Desenvolver a autonomia crítica dos estudantes a partir da exposição de músicas que abordam problemáticas sociais e a relação com a Cidadania e Direitos Humanos.

Conteúdo: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Músicas: Canção Infantil e Mil Trutas Mil tretas – Negro drama

Material e Recursos didáticos: Cadernos, Tv, Declaração Universal dos Direitos Humanos: disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/tra>

Vídeos das músicas:

Canção Infantil – <https://youtu.be/Ri-eF5PJ2X0?si=orOmzXG3ILbZR> ;

Mil Trutas Mil tretas – Negro drama – https://youtu.be/mrAT_xG-opk ;

Avaliação: Produção textual comparativa entre artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e trechos da música (escolha do estudante). Escolher 5 artigos e descrever a problemática a partir da música selecionada.

- Encontro 6: (45:00 min) – Construção do Objeto Pedagógico

Objetivo: Incentivar a Criatividade e a autonomia dos estudantes na construção de um objeto pedagógico “Poesia”, a partir do tema explorado em sala de aula.

Conteúdo: Direitos Humanos E Cidadania: Origem, Construção e Participação Social.

Material e Recursos didáticos: Cadernos e canetas.

- Encontro 7: (45:00 min) – Leitura, interpretação e apresentação do tema escolhido a partir do livro.

Objetivo: Desenvolver a capacidade discursiva a partir da leitura interpretativa de temas que abordam problemas da vida real.

Conteúdo: Direitos Humanos E Cidadania: Origem, Construção e Participação Social.

Material: Livro: Direitos Humanos: Problemas da Vida Real – Mark Friedman.

Avaliação: Apresentação do tema escolhido em sala de aula.

- Encontro 8: (45:00 min) Apresentação do Objetos Pedagógicos: *Fanzines* e Poesias

Objetivo: Culminância do Projeto

Conteúdo: Direitos Humanos E Cidadania: Origem, Construção e Participação Social.

Material e Recursos Didáticos: Produções Artísticas dos estudantes.

4.1.1.4 Resultados da intervenção no ensino de Sociologia

Com base no que foi exposto em sala de aula, e considerando as condições objetivas estruturais para aplicação da intervenção, o resultado foi satisfatório em função do que foi planejado. Nessa intervenção foi possível introduzir a pesquisa, ainda que de forma básica, além da abertura de diálogos críticos sobre os processos de construção da cidadania, a interlocução com contextos do cotidiano, além do

desenvolvimento de habilidades para a construção da autonomia dos estudantes. Dentre as habilidades da BNCC (2017)⁶, destacam-se:

- Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais, avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
- Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).
- Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.
- Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

A pesquisa exploratória realizada com os estudantes sobre o tema Origem da Cidadania na internet, favoreceu o debate em sala de aula abrindo espaço para o compartilhamento de ideias e impressões articulando comparações entre quem podia ser cidadão na antiguidade e o que significa ser cidadão na contemporaneidade; o papel do Estado na definição e construção das leis acerca da cidadania; a possibilidade de mudança social através dos movimentos sociais; além da importância da arte

⁶ BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ano-2017
Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

como ferramenta de transformação social e política. Na figura 10 a seguir temos alguns recortes da intervenção.

Figura 10: Intervenção Pedagógica em Sociologia



Fonte: acervo próprio, (2023)

Também foi promovido um diálogo a partir da apresentação das músicas “Canção Infantil” e “Mil Trutas Mil Tretas”, conforme sequência didática, cujo conteúdo aborda problemas sociais e políticos e sua relação com os direitos humanos. Na ocasião os estudantes articularam estrofes das músicas com realidades presentes em seu cotidiano bem como na contemporaneidade. A partir da figura 10, podemos

observar o engajamento dos estudantes durante a intervenção, tanto nas atividades realizadas a partir da pesquisa sobre o tema, como na construção dos *fanzines*⁷.

A proposta despertou a criatividade dos estudantes com avaliações contínuas não tradicionais, através da análise e produção textual com base nas suas interpretações e produções artísticas como a construção dos fanzines e de poesias, com o objetivo de influenciar o senso crítico a partir da relação entre Cidadania e Direitos Humanos. Nesse sentido, a proposta ampliou a visão dos estudantes sobre a importância de produções artísticas como instrumento de transformação social.

A partir daí, conforme vimos na figura 11, as produções dos alunos foram apresentadas na mostra pedagógica do IX ENID-Encontro de Iniciação à Docência & VII Encontro de Formação de Professores e durante o Congresso Universitário da UEPB, campus I, ocorridos entre 06 e 10 de novembro de 2023.

Figura 11: Mostra pedagógica do IX ENID-Encontro de Iniciação à Docência & VII Encontro de Formação de Professores.



Fonte: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/not> , (2023)

Conforme figura 11 observamos os produtos pedagógicos “*fanzines*” produzidos pelos alunos a partir da intervenção realizada. A Mostra Pedagógica é uma

⁷ A palavra “**fanzine**” nasceu da redução da expressão *fanatic magazine*. Ela provém da combinação do final do vocábulo “magazine”, que tem o sentido de revista, com o início de “*fanatic*”. Trata-se de um veículo editado por um fã, seja de *Graphic novels*, obras de ficção científica, poemas, músicas, filmes, videogames, entre outras temáticas incorporadas por estas publicações. Disponível em: [Fanzine - Curiosidades - InfoEscola](#) .

excelente estratégia de formação do professor e quando vinculada ao processo de desenvolvimento das habilidades dos estudantes na educação básica promove um espaço de oportunidades para explorar a ferramenta de pesquisa.

A expectativa é que a pesquisa como ferramenta de ensino de Sociologia na educação básica possa contribuir para o desenvolvimento de novas perspectivas no que tange ao protagonismo dos estudantes do ensino médio, isto é, estudos que possam ser convertidos em publicações.

5 LIMITES E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Com base nos registros do diário de campo pudemos conhecer a realidade da escola EEEFM Ademar Veloso da Silveira, sua dinâmica como escola de ensino médio na modalidade regular, com suas realidades e desafios concernentes ao cotidiano das comunidades com as quais é constituída, subordinada ao processo de implantação do Novo Ensino Médio-NEM, bem como os resultados obtidos a respeito das condições objetivas de funcionamento da escola.

Apesar das implicações sociais, sua infraestrutura, e demandas em relação ao aprendizado, a escola busca cumprir as diretrizes educacionais fornecidas pela SEE. No entanto, é preciso destacar que a apropriação do conhecimento como base sólida para obter um perfil não somente universitário, para submissão ao Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, também de uma apropriação cultural mais ampla, fugindo do modelo de aula tradicional, e seguindo para uma educação mais criativa. Em face da dinâmica e dos resultados da escola, principalmente a partir do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes matriculados, ainda é muito frágil, seria necessária uma articulação com a SEE, a partir de projetos inovadores que favoreçam a pesquisa, delineando metodologias que ultrapassem os muros da escola.

No contexto da escola referida nesta pesquisa, apesar do PPP trazer uma proposta de intervenção nos processos interacionais e educacionais, com definição clara dos princípios e metas para o planejamento e atuação da comunidade escolar, numa proposta de gestão participativa, a escola, do ponto de vista sociológico, podemos afirmar que ainda está a passos lentos em comparação com escolas públicas de ensino integral, uma vez que o repasse de recursos distribuídos é inferior na modalidade regular, tanto para a criação de novas matrículas quanto para o desenvolvimento integral do estudante conforme o Novo Ensino Médio. Tanto por questões de investimento do poder público, ou de treinamento de professores; além de construção de espaços de oportunidades para o desenvolvimento político social dos estudantes, principalmente no que tange ao processo de mediação dos professores em questões de enfrentamento dos direitos dos estudantes, proporcionando experiências a partir da pauta sociológica.

Outro aspecto é a distância entre a proposta pedagógica da escola e as limitações e entraves para a realização. Quando se aborda uma educação inclusiva, ética e emancipatória com o fortalecimento dos vínculos, é preciso um esforço de todos da

comunidade escolar bem como práticas de gestão participativa. Além disso, considerando a carência de recursos didáticos disponíveis na escola, não há como manter a igualdade de condições e metodologias que abordem a diversidade no ambiente escolar, de maneira a garantir a liberdade para a construção da autonomia crítica estudantes. Muito embora é preciso destacar o esforço dos professores na busca de outras formas e recursos para a construção dos conteúdos.

Nesse sentido, destaco aqui a importância da intervenção em Sociologia no Estágio III, para o processo de apropriação de um debate sobre cidadania, principalmente no ambiente escolar, aplicado em paralelo ao Projeto de Extensão em Sociologia⁸ realizado durante esse semestre, que teve como proposta a revitalização do grêmio estudantil. A partir da aplicação do projeto de intervenção em cidadania juntamente com o direcionamento para a revitalização do grêmio estudantil, foi uma conquista muito relevante no desenvolvimento da cidadania na escola e consequentemente uma perspectiva de emancipação dos estudantes e gestão democrática.

Quanto ao Ensino de Sociologia a partir do enfoque do Novo Ensino Médio-NEM, em uma escola regular, e que com a inclusão dos itinerários formativos e a diminuição da carga horária de Sociologia que dificulta a aplicação de uma educação crítica para a formação do cidadão do Século XXI. Ao considerarmos o contexto da referida escola, suas implicações sociais e demandas assumidas pelos professores para cumprir processos que vão desde o planejamento de aulas, até atividades que não fazem parte da sua formação ao cumprimento de metas oriundas da gestão estratégica, a gestão do tempo para a organização de todos esses processos, dificultam, em função do tempo, a formação continuada promovendo uma lacuna nesse processo.

Nesse aspecto, cabe aqui refletir não somente sobre que cidadão está sendo formado, mas antes de tudo, sobre a influência e atuação do professor de Sociologia como exemplo de cidadania no ambiente escolar, consciente das demandas que ocorrem no cotidiano da escola e principalmente atuante nos processos de apropriação e garantia de direitos educacionais dos estudantes.

⁸ Projeto de Extensão, aprovado e cadastrado na Pró-reitora de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba, intitulado: O GRÊMIO ESTUDANTIL COMO ESPAÇO INSTITUCIONAL DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NA GESTÃO DEMOCRÁTICA: AÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE GRÊMIOS ESTUDANTIS EM ESCOLAS PÚBLICAS, com o código PJ095, cota 2023-2024, área: 4 – Educação. Disponível em: uepb.edu.br/download/proex-probex-2023-2024-projetos-e-propostas-aprovadas/

Sendo assim, a realidade na prática muitas vezes é de amplas limitações frente aos determinismos dos órgãos institucionais de educação, haja vista que na ocasião desta pesquisa testemunhamos uma verdadeira batalha para manutenção de turmas de ensino médio, que estavam sendo ameaçadas de fechar, sem consulta aos estudantes, resultando, no entanto, após muitas tentativas de diálogo junto à direção e à SEE, na extinção destas turmas. Isso repercutiu num descrédito da escola diante dos estudantes e suas famílias, um desrespeito ao direito dos estudantes, pois não houve um planejamento prévio sobre o remanejamento para outras turmas, respeitando o turno escolhido pelo estudante no ato da matrícula, além de prejudicar suas trajetórias de aprendizagem, pois as possibilidades ofertadas não foram efetivas na garantia dos direitos dos estudantes. Sendo assim, muitos precisaram optar por outras instituições distantes de sua residência, em função do turno oferecido. É importante destacar que muitos deles precisam trabalhar para prover o sustento da família.

É preciso destacar a perspectiva política dos órgãos de gestão, dos professores e profissionais que constitui a instituição, que está para além dos portões da escola e que repercute num desestímulo aos estudos, bem como no próprio exercício da cidadania e manutenção de direitos. Apesar de estarmos vivendo a “era dos direitos”⁹, a questão implícita é a garantia desses direitos. Uma vez que já temos um fundamento estabelecido que é a Declaração dos direitos humanos, é preciso dar um sentido mais específico, ou seja, o direito do homem segundo a razão de sua natureza, e nesse aspecto a natureza do mais forte sempre impera sobre o mais fraco. Isso ficou muito evidente durante a tentativa de manutenção das turmas, pois nas falas dos estudantes a partir de uma representante de turma, havia um “desinteresse por parte da gestão em ouvi-los” (estudante, M., 3º ano), e que, mesmo quando foram recebidos após várias tentativas, “era como se já tivesse pré-definido o fechamento das turmas” (estudante, M., 3º ano). Apesar da articulação dos dois professores: de sociologia e filosofia, havia várias limitações como: a desinformação dos familiares quanto ao direito à educação, o que acabou influenciando os filhos a trocarem de escola ou não participarem do processo de manutenção das turmas; a própria conjuntura dos professores frente à sua carga horária, dificultando a participação no processo; e finalmente o papel da escola como fator decisivo nesse desfecho.

⁹ BOBBIO, N. A era dos direitos. Nova ed.; Rio de Janeiro: Elsevier, 2004; 7º reimpressão.

É a partir daí que pensamos a educação, sobre que tipo de natureza humana queremos formar, posto que é essa mesma natureza que vai gerir a sociedade na qual vivemos. Sendo assim, o processo não finda no estabelecimento das leis a partir dos mecanismos reguladores, há ainda o processo de racionalização, o conhecimento histórico por meio das evidências, e por fim o consenso. Portanto, não é possível educar sem colocar o estudante diante dos fatos, tanto a partir das teorias, quanto das realidades, sejam elas do cotidiano deles, seja por meio de elementos comparativos.

Ao ponderar o contexto da escola percebe-se que a formação no ensino médio para alguns estudantes é a última etapa a ser cumprida para entrar no mercado de trabalho, haja vista que muitos não dão conta de continuar os estudos diante da necessidade de adentrar no mercado de trabalho para ajudar no sustento da família. Juntam-se a isso várias outras questões sociais inerentes ao território, as desigualdades, o desemprego, a formação mínima para uma qualidade de vida, a própria precarização do trabalho ao receber essa mão de obra, que estando despreparada não haverá garantia de direitos e conseqüentemente repercute em baixos salários. Há ainda a própria emancipação precoce dos relacionamentos gerando demandas financeiras, como a gravidez na adolescência, entre outras questões pessoais que inviabilizam a permanência nos estudos ou mesmo o interesse em continuar.

Sendo assim, durante o processo de fechamento das turmas, estava sendo implementada uma proposta de intervenção através de um projeto de extensão da UEPB, em conduzir a revitalização do grêmio estudantil, trazendo novos horizontes para o enfrentamento desses problemas. A proposta buscava consolidar a apropriação dessa representatividade no universo de forças na escola, porém agregando os saberes adquiridos em sala de aula, fortalecendo a dinâmica social cotidiana.

A percepção das forças que influenciam o processo histórico na escola e a partir dela evidenciou que muitas vezes a transformação se dá somente a longo prazo a partir do empoderamento dos sujeitos na construção do conhecimento. No entanto a pesquisa como norteadora do conhecimento promove no presente o caráter do sujeito de direitos, investigador, questionador e transformador da sociedade, inclusive sobre a atuação dos sujeitos nela contidos, a saber: o professor de Sociologia e seus pares.

A instrumentação pela pesquisa agregada a construção dos saberes pelo estudante, tendo o professor como orientador ativo no universo de práticas cidadãs,

produzirá uma educação inovadora e contemporânea com uma gama de possibilidades de atuação.

O desafio é educar através da pesquisa na educação básica, promovendo um espaço instigante para um aprendizado cotidiano, onde o estudante a partir de um movimento de busca produza seus próprios conhecimentos, onde a “aula” deixa de ser objeto principal e a pesquisa individual, assumindo o caráter subjetivo do estudante, passa a ocupar seu espaço. Da mesma forma o estudante deixa de ser objeto de avaliação para ser sujeito participante e avaliador do processo de investigação.

Outra realidade comum no ambiente escolar é a busca por metodologias para o Ensino de Sociologia, pois constitui um dos maiores desafios, tendo em vista a dificuldade para aquisição de recursos, seja pela escola, ou pelo estudante. Muitas vezes o material é produzido com recursos do professor, e reutilizado em várias turmas, onde frequentemente o material é disponibilizado somente através do WhatsApp. Poucas vezes o livro é usado e mesmo assim é um instrumento que permanece na biblioteca da escola distante dos estudantes. Portanto percebe-se a necessidade de uma produção mais científica no âmbito das metodologias de ensino da pesquisa em sociologia no ensino médio, como processo elucidativo frente às questões sociais.

Embora a intervenção pedagógica realizada tenha encontrado limitações diante dos aspectos conflitantes no ambiente escolar como os recursos didáticos e materiais disponíveis, o tema: Direitos humanos e cidadania, foi muito oportuno para a pesquisa pois foi possível perceber que ao serem estimulados, a partir da articulação de metodologias, como a pesquisa, aula dialogada a partir de temas do cotidiano, além de metodologias ativas, os estudantes responderam bem para apropriação dos conhecimentos, principalmente na sua capacidade crítica durante o desenvolvimento textual e oratória e principalmente suas percepções a partir da busca para garantir seus direitos para a permanência das turmas. Embora o resultado não tenha sido o esperado, em face da falta de uma articulação mais forte da comunidade escolar, alguns estudantes se mostraram muito envolvidos e bastante articulados na participação do processo, buscando alternativas, articulando com os professores, solicitando ações por parte da escola, além da busca ativa dos familiares envolvidos.

Essa articulação pôde ser melhor trabalhada inserindo as demandas escolares como elementos de construção do conhecimento a partir de uma prática. Nesse aspecto é preciso pensar nas limitações quanto ao tempo do professor em sala de aula, a perspectiva de horários curtos e categoricamente organizados para uma proposta

de “aula” teórica, dificultando o aprofundamento dos conteúdos. Portanto envolve entender como os conteúdos são abordados em sala de aula a partir da perspectiva de que os materiais muitas vezes são construídos pelo professor para facilitar o aproveitamento do assunto em relação ao pouco tempo de aula.

Nesse sentido, seria necessária uma construção participativa de fato, na elaboração de um planejamento prévio, porém inovador, onde não houvesse somente uma orientação para uso de conteúdos ou livros sobre os temas, mas que também incorporasse a construção do conhecimento em caráter investigativo, ou seja, a prática a partir da teoria, possibilitando o “conhecer para intervir”, considerando ou reforçando a característica fundamental para a assimilação dos saberes, a saber, a pesquisa.

Pensando nisso, as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – OCNEM (2006, p. 125), aponta que “a pesquisa pode ser um instrumento importante para o desenvolvimento da compreensão e para explicação dos fenômenos sociais”. Sendo assim, permite uma melhor compreensão dos temas trabalhados em função da materialidade das vivências, valorizando a disciplina, uma vez que ela transcende os espaços e o tempo, além de fornecer um espaço de compreensão de si mesmo e da sociedade. Portanto, a pesquisa destaca-se como um importante espaço para desenvolvimento de tecnologias, investigação, inovação e a busca por conhecimentos de forma cotidiana e integrada com toda a comunidade escolar.

Em 2021, foi aprovada a chamada pública de apoio às Feiras de Ciências e Mostras Científicas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. De acordo com a SEE, foi a única iniciativa da Secretaria Estadual de Educação-SEE a ser beneficiada com a ação, com o financiamento de 30 Bolsas de Iniciação Científica Júnior e quatro Professores Orientadores com bolsas de Apoio Técnico em Extensão no País. Os trabalhos mais bem avaliados participam da fase Regional; os trabalhos que se destacam em cada Regional, seguem para a etapa Estadual, que acontece em Fortaleza. Depois todos os projetos escolares de destaque de toda a rede pública estadual são expostos e os que são premiados nesta etapa recebem financiamento para representar o Estado nos principais eventos nacionais e internacionais.

A exemplo disso, o programa Ceará Científico (2007) que possibilitou aos estudantes participantes uma experiência única, de orientação para a nova fase em função das dificuldades e incertezas vivenciadas no processo de conclusão do ensino

médio; esse processo os ajudou a pensar não apenas na sua formação escolar, mas, também no seu lugar social, sua identidade e seus projetos de vida, a desconstrução de crenças limitantes e compreensão de problemas nesse sentido, que muitas vezes provocam adoecimento dos estudantes e professores.

É importante notar que essa discussão quase sempre só encontra espaço na Sociologia, nesse caso, no ensino regular, onde não existe uma disciplina que atue especificamente no campo da pesquisa, onde foi pelo esforço dos estudantes para encontrar outros caminhos na construção de seus estudos.

O projeto requer um aprofundamento nos conteúdos que embora tenha a mediação e orientação do professor os temas são escolhidos pelos estudantes, com a organização de Grupos de Estudo fora do horário de aula; embora a proposta aconteça dentro do sistema de ensino em tempo integral, onde os estudantes já têm uma disciplina voltada para a realização de pesquisas (Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais – NTPPS), pode ser desenvolvido para a perspectiva de ensino na modalidade regular. Aqui se propõe a busca em fortalecer o senso crítico e a criatividade, estimular os estudantes a buscarem respostas, a aplicar conceitos e teorias em seus contextos sociais, de modo a torná-lo um pesquisador consciente e autônomo, capaz de interpretar realidades sociais.

Essa dinâmica educacional permite várias possibilidades como ferramenta de ensino e aprendizagem tanto individual quanto coletiva. Pois provoca o comprometimento dos estudantes, com a criação de momentos para discussão dos temas. Essa prática otimiza as aulas de Sociologia, impactando no processo de aprendizagem e rompe com as limitações dos estudantes, uma vez que os temas são de interesse deles. Além disso, fortalece o vínculo com a disciplina, e desenvolvimento dos conteúdos pelos professores em sala de aula. Portanto, implicam numa perspectiva de reorganização das práticas pedagógicas na disciplina.

A Sociologia tem um papel de protagonismo na construção de mecanismos de educação para desenvolver uma sociedade mais consciente, crítica, e autônoma, capaz de transformar a realidade à sua volta. Então, apesar dos desafios existentes, vimos que é possível encontrar meios de uma mediação mais ampla para a ressignificação e inserção da disciplina numa classificação relevante a partir de suas abordagens. Além disso, no contexto da pesquisa científica encontramos respaldo significativo a partir dos resultados evidenciados pelos estudantes desse projeto, abrindo um importante espaço para o fomento de políticas públicas de investimento nessa área.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todas as implicações sociais, políticas e institucionais, a educação representa o elo de formação das juventudes cidadãs com autonomia crítica para compreender a realidade cotidiana, sem ela isso não pode ser materializado na nossa sociedade. Portanto, há muito a ser feito, pois muitas vezes se apresenta numa perspectiva ainda utópica, considerando a realidade social na qual vivemos, principalmente no que se refere ao ambiente escolar, onde todas essas vivências e realidades se encontram. No entanto, é preciso reforçar algumas conquistas do ponto de vista dos contextos sobre a diversidade cultural, permitindo agregar nesse momento, uma parte antes marginalizada e excluída do espaço escolar.

Essa diversidade contribui não somente para a compreensão da sociedade de forma mais abrangente, em especial “as juventudes”, mas permite ao estudante sua inclusão no ambiente escolar com maior liberdade, e conseqüentemente um lugar de fala, muitas vezes restringido em função dos padrões culturais hegemônicos constituídos na sociedade. Sendo assim a escola é um espaço que oportuniza a ruptura dos padrões, inclusive nos processos de emancipação política, que permeiam o processo de formação de jovens cidadãos, para torná-los conscientes de seu papel social.

Sendo assim, cabe à Sociologia da Educação como ciência, a partir de seus agentes, estabelecer uma cultura de diálogo em sala de aula, promovendo o compartilhamento de vivências e ideias. No que tange a novas metodologias, cabe ao Professor de Sociologia aproveitar esse processo, se apropriando da “pesquisa” como instrumento pedagógico, sobre as problemáticas do cotidiano da comunidade escolar, expressando seu compromisso ético com a sociedade, respeitando o direito às diferenças promovendo o pensamento crítico das juventudes.

Nesse sentido, pensar a escola como um organismo vivo e coletivo, composto por uma diversidade de indivíduos que possuem uma pluralidade sociocultural, seja pautada pelas diferenças, seja pela similaridade de contextos, portanto precisam de uma mediação para a apropriação do conhecimento. Essa mediação comumente tem sido num formato “aula expositiva”, com poucas articulações com roda de conversa. Isso se dá principalmente pela dificuldade de mediar os conteúdos no pouco tempo de aulas semanais. No entanto, é preciso destacar o efeito dos diálogos sobre temas sociais em sala de aula, embasados com a teoria sociológica, e sua relevância na

repercussão no cotidiano da escola, nos grupos sociais e principalmente na vida dos estudantes.

A exemplo da relação que se espera entre médico x paciente, os profissionais da educação, especialmente da Sociologia devem se posicionar como profissionais que se aproximam da sociedade, sem deixar de lado a teoria. O que se espera dos profissionais de Sociologia, é uma articulação entre teoria e prática no espaço escolar, já que é uma área de construção social. Esse processo contribui não somente para o conhecimento da sociedade, mas para o exercício da cidadania, e na transformação de si mesmo e das juventudes, na medida em que estes interferem na transformação de suas realidades.

Sendo assim, é primordial que a escola, principalmente através do ensino de Sociologia, aborde temas do cotidiano dos estudantes, uma vez que é parte inseparável da disciplina a discussão sobre temáticas sociais. A perspectiva abordada nesta pesquisa é que os jovens, a partir da influência do professor, se aproprie da teoria para promover a transformação social. Trata-se do conhecer para intervir, como efeito necessário da aprendizagem, tendo a escola como um espaço de aplicação da prática de pesquisa, tornando o fazer sociológico um modo de vida dos estudantes.

É preciso considerar a importância das políticas públicas, a exemplo do Programa Ceará Científico, para o fortalecimento da autonomia dos jovens através da pesquisa no ensino médio. A partir daí, é possível desenvolver projetos de intervenção em sociologia, que promovam uma aproximação das demandas escolares com a dinâmica de lutas e reivindicações que ultrapassam os muros da escola, promovendo uma reflexão sobre suas realidades, bem como limites e possibilidades de atuação nos campos de prática. É pensar a escola como esse espaço de investigação, contribuindo para o desenvolvimento dos saberes sociológicos, a autonomia crítica dos alunos e conseqüentemente projetando a escola e a Sociologia como referenciais na educação das juventudes.

É preciso destacar sobre o funcionamento do grêmio estudantil, como política de representação do estudante, fazendo uma análise sobre a abordagem do professor, como observador da realidade, em face à sociedade atual, sobre as necessidades dos estudantes, rompendo com os desafios. Sendo assim, trazer à luz das realidades da comunidade escolar, sua herança cultural implícita, a partir das condições de vida e da formação das famílias dos estudantes, a fim de refletir sobre os processos de reprodução das desigualdades no ambiente escolar.

A pesquisa realizada pela escola sobre a comunidade escolar, que consta no PPP (2018), foi um fator essencial nesse estudo, pois reverberou as problemáticas que refletem na escola, sendo inclusive uma ótima oportunidade na construção de futuros projetos de pesquisa para releitura e atualização dos dados sobre a comunidade, porém teria maior relevância com o protagonismo dos jovens estudantes.

Dessa forma, como parte participante do contexto atual, com seus desdobramentos sociais, econômicos, e vitais, tivemos muitas experiências e exemplos de como atuações de profissionais de diversos segmentos podem contribuir para a construção ou destruição de uma sociedade. Portanto, em tempos de crise é preciso superar os desafios tanto em despertar o interesse dos estudantes, bem como ser um profissional ético e comprometido, que possa contribuir com ferramentas relevantes para uma educação crítica. Para isso é preciso romper com o *status quo* tradicionalista predominante na rotina da escola, com a rigidez sobre o modelo de aula, sobre a dinâmica em sala de aula, os materiais e até o “encarceramento” das turmas dificultando a criatividade.

Concluimos que é preciso pensar nessa articulação, ou seja, a relação da Sociologia especialmente a Sociologia da Educação com a sociedade. Tendo em vista que a sociedade reflete as demandas de um estado capitalista, que nesse sentido precisam ser criticadas, analisadas e estudadas, pode promover, através dessa proximidade com os estudantes uma autorreflexão e um reconhecimento de suas realidades. A expectativa é que de fato esse diagnóstico seja preciso, possibilitando assim o tratamento adequado às emergências sociais. A pesquisa além de ser um processo inovador, ao trazer essa ferramenta utilizada comumente na academia, de forma mais estruturada para a educação básica, constitui um fator que reflete não somente no projeto de vida dos estudantes, mas constitui também uma estratégia de protagonismo da Sociologia no Ensino Médio, e isso é algo que não podemos perder de vista.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, S.M.S.; TULESKI, S.C. Vygotsky: o homem cultural e seus processos criativos. *Psicol. Educ.* São Paulo, n° 24, p. 15-33 jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script> ; acesso em: 18 mai. 2024.
- BOBBIO, N. A era dos direitos. Nova ed.; Rio de Janeiro: Elsevier, 2004; 7° reimpressão.
- BODART, C.N. A Sociologia enquanto disciplina escolar e objeto de estudo. [Entrevista concedida a] Maurício de Souza Matos. *Revista Três Pontos*, ed. 14.2, Jul-Dez, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/12377/9914> ; acesso em: 09 Jun. 2024.
- BODART, C.N.; CIGALES, M.P. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): Um Estado da Arte na Pós-Graduação. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.48, n. 2, p.256-281, Jul-Dez, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19500/30172> ; acesso em: 09 jun. 2024.
- BODART, C.N.; ROGÉRIO, R.M. A importância do ensino das Ciências Humanas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia. 1ª ed. Ed. Café com Sociologia. Maceió-AL, 2020.
- BODART, C.N.; TAVARES, C.S. O Status da Sociologia Escolar: O que Pensam os Alunos? *Mediações*, Londrina, v.25, n°3, p. 764-782, Set-Dez, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/38885/32406> ; acesso em: 09 Jun. 2024.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed. Rio de Janeiro; Francisco Alves, 1992.
- BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ano-2017 Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> ; acesso em: 05 jun. 2023.
- BRASIL. MEC. Políticas de Ensino Médio. Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio-OCNEM. Ciências Humanas e suas Tecnologias. V. 3., 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13558> ; acesso em: 05 Jun. 2023.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In: *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7S> ; acesso em: 01 jun. 2024.
- DEMO, P. Educar pela pesquisa. 8º ed.; Autores associados, Campinas-SP, 2007.
- DEMO, P. Pesquisa: Princípio científico e educativo. 12º ed.; São Paulo: Cortez, 2006.

ÉRNICA, M.; BATISTA, A. A. G. A escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável. Cadernos De Pesquisas, v. 42, n. 146, p. 640–666, 2012.

FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. Artigos Interface Botucatu, Set 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/krVJKwTKvxNz8GwTr68KZXf/abstract/?lang=> ; acesso em: 18 mai. 2024.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir. 42. Ed. 4º reimpressão, 2017; Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GRAMSCI, A. Escritos Políticos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARTINS, M.F. Gramsci, educação e escola unitária. Artigos Educação e Pesquisa, 47, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099> ; acesso em 01 jun. 2024.

MEDEIROS, C.S.M., et al. O uso de técnicas de geoprocessamento e geoestatística como ferramenta para gestão municipal. Revista Geoambiente on-line, Jataí-GO, Jan-Jun, 2012.

NOGUEIRA, C.M.M.; NOGUEIRA, M.A. Bourdieu e a Educação. 4º ed. São Paulo: Editora autêntica, 2017.

OLIVEIRA, A; SILVA, C.F. A sociologia e os sociólogos da educação no Brasil. Revista brasileira Ciências Sociais, 31 (91), 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/86h8JWDt5jVh7rRvZKBZxgv/?lang=pt> ; acesso em: 18 mai. 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas; BRASIL; Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/tra> ; acesso em: 08 ago.2023.

POUPART, J. et al. A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução: Ana Cristina Nasser. 4º ed., Petrópolis, RJ, Vozes, 2014.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação-SEE. Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba. Ano-2023. Disponível em: <DiretrizesOPEscolas.pdf> (paraiba.pb.gov.br) ; acesso em: 18 jun. 2024.

PARAÍBA. Secretaria de Estado de Educação-SEE. Projeto Político Pedagógico-PPP: EEEFM Ademar Veloso Da Silveira. Campina Grande, PB, 2018.

QEDU. EEEFM Ademar Veloso da Silveira. Campina grande-PB, 2023. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/25072005-eeefm-ademar> ; acesso em: 26 mai.2024.

CGRETALHOS. Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em: <Retalhos Históricos de Campina Grande: Resultados da pesquisa bairro de bodocongó> (cgretalhos.blogspot.com) ; acesso em: 26 mai.2024.

RIBEIRO, M.P.; ZANARDI, T.A.C. As concepções marxistas da pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani em relação a temática do conhecimento: contribuições ao currículo. Educação em Revista. Ver. 34, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LQp38RXYd9DRMxGd4pRt43j/#> ; acesso em 09 Jun. 2024.

SANTANA, A. L. Fanzine - Curiosidades. Disponível em: <https://www.infoescola.com/curiosidades/fanzine/> ; acesso em: 18 jun. 2024.

SANTOS, A. O que é juventude? In: BODART, Cristiano das Neves. Conceitos e categorias fundamentais do Ensino de Sociologia, vol.2. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021. Pp. 41-46. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/cafecomsociologia.com/juv> ; acesso em: 01 jun. 2024.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico Crítica: Primeiras Aproximações. 11. Ed. Ver. Campinas, SP; Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf> Acesso em: 01 jun. 2024.

SAVIANI, D. Florestan Fernandes e a Educação. Presença de Florestan Fernandes; Estud. Av. 10 (26) • Abr. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/CwvqDcdywntVY7dZDwmGpGf/?lang=pt> Acesso em: 18 mai. 2024.

SILVA, C. T.; CARNEIRO, F.J.G.; MACEDO, R.C. Ensino de Sociologia, teoria e práticas de pesquisa; GT: O ensino de sociologia e o fazer científico: A pesquisa como ferramenta didática. 7º ENESEB, Belém -PA, 2021.

TEIXEIRA, S.R.S. A educação em Vygotsky: prática e caminho para a liberdade. Seção Temática: Vygotsky hoje: implicações educacionais. Educação & Realidade; 47, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZkmZLqzStG7> ; acesso em: 18 mai. 2024.

WIKIPÉDIA. Lista de Bairros e distritos de campina Grande. Disponível em: [Bairros de Campina Grande - Lista de bairros e distritos de Campina Grande – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_e_distritos_de_Campina_Grande) ; acesso em: 26 mai.2024.